

Pública

FUNÇÃO

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS - IV SÉRIE - EDIÇÃO Nº 3 - DEZEMBRO DE 2005

**QUEM SÃO OS 39 PORTUGUESES
DO GRUPO BILDERBERG**



O IMPÉRIO DO MERCADO

**FACE AO ATAQUE AO EMPREGO PÚBLICO
2006 SERÁ ANO DE LUTA**

FICHA TÉCNICA

Director:
Paulo Trindade

Coordenador de Redação:
Rui Raposo

Conselho de Redacção:
Ana Avoila, Artur Monteiro, José Manuel Dias,
Manuel Ramos, Natália Carvalho e Paulo Trindade

Redacção:
Regimprensa, CRL

Fotografia:
Gabinete de Informação da Federação

Propriedade:
Federação Nacional
dos Sindicatos da Função Pública
Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º, 1150-282 Lisboa
Tel: 21 317 24 80. Fax: 21 317 24 89 / 21 315 28 20
Email: informa@fnsfp.pt

Design e Pré-impressão:
Regimprensa, CRL

Impressão:
Impresse 4 – Sociedade de Edições
e Impressão, Lda

Periodicidade:
Quadrimestral

Tiragem:
42.200 exemplares.

**Distribuição gratuita aos sócios
dos Sindicatos da Federação**

Depósito Legal:
3063/89

**Sítio Internet
da Federação
www.fnsfp.pt**

TEMA

4 a 17

O grupo Bilderberg é uma sociedade secreta criada há 54 anos, na Holanda, que reúne a elite do capitalismo global e chefes de Estado e de Governo. Pinto Balsemão é o representante português e desde há 17 anos que faz os convites. Os quatro últimos primeiros-ministros de Portugal estiveram nas conferências de Bilderberg antes de ascenderem aos cargos.



nam como secretários de Estado e ainda acumulam com funções docentes.

GERAIS

24

O Orçamento de Estado (OE) para 2006 vai continuar a penalizar os trabalhadores da Administração Pública. O governo vai reduzir o número de carreiras até ao final de 2006, congelar as novas admissões e condicionar a progressão salarial à avaliação de desempenho profissional.

TEMA

18 A 20

Um milhar de pessoas está ao serviço do Governo de José Sócrates. O primeiro-ministro tem 49 pessoas directamente ao seu serviço. Tem um chefe de gabinete, 12 adjuntos de gabinete, 17 assessores e 15 secretárias. Sócrates ganha 14 salários mínimos e há assessores que ga-

SECTORIAIS

29

A ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, está a provocar a confusão nas escolas por via da imposição de contratos individuais de trabalho nulos a 12.064 trabalhadores dos processos de selecção para admissão em regime de contrato individual de trabalho.

ÍNDICE

3 — Editorial — Em 2006: A luta continua
4 a 8 — Bilderberg — O império do mercado
9 — Com Mário Lino e Pedro Serra à mesa — Privatização da água na agenda da Trilateral
10 — Depois de sete transnacionais — Portugal em 38º lugar
11 a 17 — Balsemão convida há 17 anos — Os portugueses escolhidos
18 e 19 — Mais de 17 pessoas por governante — Um milhar ao serviço de José Sócrates
20 — Pessoal com remuneração de secretário de Estado — Sócrates ganha 14 salários

mínimos
21 a 23 — Impostos indirectos aumentam — Orçamento para 2006 agrava injustiça fiscal
24 — Funcionários públicos continuam a ser penalizados — Governo vai diminuir número de carreiras
25 — Novas regras podem provocar corrida à reforma — Estado deve compensar aposentações com novas admissões
26 — Guardas florestais integrados na GNR — Federação exige tratamento igual
27 — Autoridade de Segurança Alimentar e Económica — Governo não respeita prazos e

sindicatos
28 — Federação preocupada com futuro dos trabalhadores — INGA/IFADAP pode passar a entidade pública empresarial
29 — Imposição de contratos individuais de trabalho nulos — Ministra da Educação «está a agir de má fé»
30 — Sindicatos
31 — Junto ao Castelo de S. Jorge — Chapitô cruza arte circense e inserção social
32 — Frente Comum entrega abaixo-assinado — Mais de 55 mil apelam ao Presidente da República

EM 2006: A LUTA CONTINUA

EDITORIAL

O ano de 2005 deixa um sabor amargo, mesmo muito amargo, aos TFP's.

A convocação de eleições legislativas para Fevereiro passado criou uma legítima e necessária esperança quanto à perspectiva de uma nova política em que os TFP's não fossem sistematicamente diabolizados, afrontados na sua dignidade pessoal e profissional, culpabilizados por sucessivos erros decorrentes de opções governamentais injustas e erradas assentes numa óptica neo-liberal orçamentista e desumana.

Infelizmente a maioria absoluta alcançada pelo PS do Eng.º José Sócrates cedo defraudou as expectativas legítimas acalentadas por tantos e tantos trabalhadores.

Ao invés de se inverterem políticas e posturas prosseguiram-se e aprofundaram-se a arrogância, o autismo, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Como se não bastasse o que Manuela Ferreira Leite fizera em matéria de aposentação (retirando a possibilidade de aposentação com 36 anos de serviço ainda que com menos de 60 anos de idade) aprovou-se uma Lei que altera o Estatuto de Aposentação penalizando mais de 440 mil trabalhadores.

Como se não bastassem anos sucessivos de perda do poder de compra dos salários congelou-se o tempo de serviço para efeito de progressão na carreira.

Insistiu-se na falácia dos “privilégios”, das “promoções automáticas” apresentando-se os trabalhadores como vivendo num mar de rosas, como sendo desqualificados e estando de forma egoísta a não quererem ser solidários com a sociedade.

É claro que se continuaram a esquecer ou a fazer de conta que não existiam os chorudos ordenados auferidos pela Administração do Banco de Portugal e o seu regime muito próprio de aposentações. É claro que se continua a assobiar para o ar quanto ao facto de os chorudos lucros da banca serem tributados numa percentagem muito inferior à da maioria dos trabalhadores por conta de outrem...

Pois é, são precisos sacrifícios e mais sacrifícios mas os sacrificados são sempre e só os mesmos de sempre.

Até quando senhores?

Não é por acaso que de forma espontânea a adjectiva-



Por PAULO TRINDADE

**É por isso que,
com confiança,
entraremos
em 2006 gritando
em colectivo que
A LUTA CONTINUA!**

ção de “mentirosos” saiu com força e indignação do peito e da boca de muitos milhares de trabalhadores quando tiveram que sair à rua em defesa dos seus direitos.

Sim, em defesa de direitos e não de privilégios porque o direito ao trabalho é um direito e não um privilégio como alguns já não se coíbem de afirmar.

De facto o Governo, qual sub-empregado do grande capital, tomou o freio nos dentes e deixa já para 2006 um muito preocupante caderno de encargos: o agravamento da lei dos supranumerários, a aplicação aos TFP's – e TFP's somos todos os que exercemos funções públicas independentemente do tipo de vínculo – de um pacote laboral agravado, a tentativa de destruição do vínculo de emprego público e da figura da carreira, substituindo-a pelo polivalente conceito de posto de trabalho, ou seja, de pau para toda a obra.

O Governo e as forças mais retrógradas da sociedade portuguesa assumem um frenesim destrutivo contra os valores de Abril e contra aqueles que os construíram lutando: os trabalhadores.

E é lutando que iremos defender os nossos direitos nas batalhas que nos esperam: no processo de actualização salarial para 2006 (sim temos direito consagrado em lei a uma actualização salarial anual: não se esqueça Eng.º Sócrates!), votando nas eleições Presidenciais para derrotar o homem do leme da direita e do grande capital e para eleger um Presidente que respeite os trabalhadores, os seus direitos e os valores plasmados na Constituição de Abril, lutando pelas formas necessárias pelo direito ao emprego, aos salários, à carreira, à aposentação.

Pois é, é só lutando que podemos transformar estas broas amargas deste final de 2005 no pão reconfortante a que todos, mas todos, temos direito. É intervindo e lutando que podemos reforçar a nossa capacidade de resistência e organização, consubstanciada nos nossos Sindicatos.

É que se não fosse esta nossa força, esta nossa organização até onde não teria já chegado a sanha dos vampiros deste nosso tempo?

É por isso que, com confiança, entraremos em 2006 gritando em colectivo que A LUTA CONTINUA! **FP**

BILDERBERG

O IMPÉRIO DO MERCADO

Os alicerces do Império do Mercado foram lançados há cerca de 90 anos, no final da I Guerra Mundial. Desde então teceram-se os canais de uma rede de ligações perigosas, onde se estabelecem sinergias entre a actividade visível e as organizações secretas. A rede maturou entre as duas guerras mundiais e ganhou novo incremento após a II Guerra Mundial. As organizações multiplicaram-se e, em 1960, Friedrich von Hayek fixou o programa do neoliberalismo. Com a queda do

muro de Berlim, em Novembro de 1989, e a posterior desagregação dos países de Leste, a globalização neo-liberal apropriou-se da tomada de decisão no mundo. Sob o manto das corporações transnacionais, nasceram instituições, fundações e organizações que produzem ideias, influência e quadros. A elite forma os herdeiros que lhes hão-de suceder nas empresas, no campo político, nos meios académicos e no campo dos *media*.

ORLANDO CÉSAR

O grupo Bilderberg é uma sociedade secreta criada há 54 anos, em Oosterbeek, na Holanda. O presidente honorário do grupo é Etienne Davignon, ex-comissário europeu e vice-presidente da Suez-Tractebel, enquanto o representante português na comissão de direcção é, desde há 17 anos, Francisco Pinto Balsemão, conselheiro de Estado por escolha da Assembleia da República e presidente do grupo Impresa.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, e os quatro últimos primeiros-ministros portugueses participaram nas conferências. António Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes e José Sócrates foram convidados por Pinto Balsemão antes de terem ascendido à governação.

A participação de dirigentes políticos nas conferências secretas de Bilderberg suscitou interpelações no Parlamento Europeu, designadamente em 1998, 1999, 2003 e 2004, e na Câmara dos Comuns (Reino Unido) desde 1996.

Patrícia Makenna, deputada irlandesa ao Parlamento Europeu, questionou a Comissão Europeia sobre a participação de comissários europeus nos encontros desta sociedade secreta. A deputada estabeleceu a correlação entre as competências dos comissários e os temas da ordem de trabalhos dos encontros de Bilderberg. Desmontou também o argumento de que essa participação tinha natureza privada.

Embora insistisse que essa participação se fazia a título pessoal, Jacques Santer, que presidia à Comissão, reconheceu em 1999



Primeira conferência, em 1954

que se os comissários «foram convidados a participar nessas reuniões, isso deve-se em grande parte à função que exercem». A Comissão Europeia de Jacques Santer demitiu-se colectivamente, nesse ano, na sequência do relatório do Comité de Peritos Independentes sobre as acusações relativas a fraude, má gestão e nepotismo.

No Parlamento Europeu e na Câmara dos Comuns, as interpelações visaram igualmente a contradição entre essas alegadas participações a título pessoal e a deslocação dos convidados em helicóptero ou viaturas de Estado. O deputado italiano ao Parlamento Europeu Mario Borghezio questionou também em 2004 se essas «filiações ocultas» não podiam criar «graves e insanáveis problemas de conflito de interesses entre as decisões da Comissão Europeia e os objec-

tivos e as decisões secretas».

As respostas foram evasivas. Todavia, a incompatibilidade de papéis, a utilização de meios e recursos dos Estados para apoiar a realização dos encontros, a ocultação da participação dos políticos nesses conclaves e a proibição de acesso a jornalistas por parte das autoridades dos países anfitriões, que chegaram mesmo à detenção e incriminação de profissionais da comunicação social, constituem indícios de derrogação de princípios fundamentais da democracia.

Portugal foi palco de um dos encontros que envolveu, como sucede em todos os casos, um procedimento e um aparato que os precede. As unidades hoteleiras são desocupadas com antecedência e passadas a pente-fino, são estabelecidos vários perímetros de segurança. Apesar disso, a elite não dispensa

os seus próprios guarda-costas. Na conferência de Sintra, na Quinta da Penha Longa, um helicóptero sobrevoava a serra.

Os convidados chegam em limusinas de vidros fumados e com escolta policial. Nalguns casos deslocam-se de helicóptero. São protegidos por agentes de serviços secretos como o MI6, CIA e Mossad, entre outros, e por forças policiais dos países anfitriões.

Chefes de Estado, chefes de governo, presidente e comissários europeus, chefes de corporações transnacionais, gestores, professores universitários, investigadores e jornalistas podem então falar entre si sem que qualquer deles viole o código de silêncio. Podem debater o devir do mundo, a recato de ouvidos e olhos indiscretos. Editores e patrões dos *media*, entre eles Francisco Pinto Balsemão e Juan Luís Cebrián, asseguram que nada será noticiado sobre o acontecimento, mas que, igualmente, tudo será difundido sobre a construção da realidade aí produzida.

O código de silêncio baseia-se numa regra estabelecida em 1927 pela Chatham House, organização oficialmente conhecida por The Royal Institute of International Affairs. Os participantes «são livres de usar a informação recebida, mas não a identidade nem a filiação dos oradores, nem o que qualquer outro participante possa ter revelado». Nos casos em que a regra não é suficientemente restritiva, pode ser evocado o «off the record», o que determina que a informação não pode ser usada.

ENCONTROS DE HOTEL

Os encontros em hotéis têm uma velha tradição. Após a I Guerra Mundial, em 1919, membros das delegações norte-americana e britânica à Conferência de Paz de Paris reuniram-se no Hotel Majestic, onde acordaram na constituição de um instituto anglo-americano de assuntos internacionais, por inspiração da organização secreta The Round Table.

Para evitar reacções negativas nos respectivos países, o ramo britânico chamou-se Royal Institute of International Affairs e o ramo norte-americano foi nomeado Council on Foreign Relations. Quem financiou a constituição das duas organizações foram os banqueiros, designadamente, J.P. Morgan e John D. Rockefeller.

Dinheiro dos Rockefeller financiaram também a difusão da teoria do economista austríaco Friedrich von Hayek, aquele que é considerado o pai do neoliberalismo. De acordo com o jornalista Denis Boneau, da Red Voltaire, a sua teoria do «Estado



David Rockefeller e Príncipe Bernhard

mínimo» converteu-se na ideologia de governantes e corporações.

Agraciado com o prémio Nobel da Economia em 1974, Hayek é um feroz crítico da «justiça social». Numa obra de 1960 (*La Constitution de la liberté*), expôs o seu programa: desregulamentar, privatizar, reduzir as acções contra o desemprego, eliminar os apoios sociais, reduzir os gastos com a segurança social e limitar o poder sindical.

No pós II Guerra Mundial, um outro Rockefeller, David, filho de John D. Rockefeller, foi um dos fundadores do grupo de Bilderberg. A sociedade secreta deve o seu nome ao hotel onde se realizou o primeiro encontro, de 29 a 31 de Maio de 1954. Os três restantes fundadores são Denis Healey, Joseph Retinger e o príncipe Bernhard da Holanda, pai da actual monarca.

O norte-americano David Rockefeller é um dos herdeiros da fortuna dos magnatas do petróleo e da banca. Em 1946 integrou o quadro do Chase National Bank, que subsequentemente se transformou em The Chase Manhattan Bank e que é hoje o J.P. Morgan Chase & Co. Exerceu cargos de direcção e

a presidência do Council on Foreign Relations entre 1949 e 1985, fundou a Comissão Trilateral em 1973 e, além de fundador do grupo Bilderberg, é membro da sua comissão consultiva. Ocupa a 253ª posição na lista dos mais ricos do mundo, publicada em 2005 pela revista «Forbes».

Denis Healey nasceu em Yorkshire, na Inglaterra, estudou em Oxford, onde chegou a associar-se ao Partido Comunista, mas, à data da fundação de Bilderberg, tinha já participado na II Guerra Mundial, na unidade da Royal Engineers das forças armadas britânicas, no Norte de África, Sicília e Itália, e era membro do parlamento britânico, eleito pelo Partido Trabalhista. Entre 1964 e 1970 ocupou o cargo de ministro da Defesa.

Desempenhou entre 1974 e 1979 o cargo de Chancellor of the Exchequer, equiparável à função de ministro das Finanças ou secretário do Tesouro noutras estruturas governativas. Durante esse período recorreu a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional e submeteu a economia britânica à supervisão desta organização internacional. Apoiou a ascensão de Tony Blair à liderança do Partido Trabalhista, mas posteriormente tornou-se um seu crítico.

Outro dos fundadores de Bilderberg, Joseph Retinger, era polaco de nascimento, mas estudou na Sorbonne, em Paris, antes de se mudar para Inglaterra, onde privou com o novelista Joseph Conrad. Foi consultor político do Presidente do México, Plutarco Elías Calles, e durante a II Guerra Mundial aconselhou o primeiro-ministro do governo polaco no exílio, general Sikorski. Tornou-se no pós-guerra um defensor da unificação europeia e ajudou a fundar o Movimento Europeu e o Conselho da Europa.

As origens do Movimento Europeu datam de Julho de 1947. Criada no ano seguinte, esta associação internacional de pressão e influência visava coordenar os esforços e iniciativas de outras associações e indivíduos com vista à construção de uma Europa unida. Contribuiu para a criação do Conselho da Europa em 1949.

Desde a sua fundação, o Movimento Europeu tem exercido influência em diferentes assuntos. Defendeu, designadamente, a eleição directa para o Parlamento Europeu, a instituição do Tratado da União Europeia (Maastricht) e uma Constituição Europeia que consagre o federalismo. O actual presidente do Movimento Europeu é José Maria Gil-Robles (antigo presidente do Parlamento Europeu). São presidentes honorários Enrique Baron Crespo (presidente do grupo parlamentar do grupo do Partido dos Socialistas Europeus), Georges

Berthoin (antigo representante da Comissão da comunidade europeia para o Reino Unido), Maurice Faure (antigo ministro e membro do Conselho Constitucional de França), Valéry Giscard d'Estaing (presidente da Convenção para o Futuro da Europa), Mário Soares (antigo Presidente da República portuguesa e actual candidato) e Gaston Thorn (primeiro-ministro do Luxemburgo).

O quarto dos fundadores do grupo Bilderberg é o príncipe Bernhard da Holanda, falecido em 2004 com 93 anos. Desempenhou um papel chave na organização e ocupou a sua presidência durante 22 anos, desde o primeiro encontro em 1954 até ao conclave de 1976, o qual acabaria por ser suspenso devido ao escândalo em que esteve envolvido. O príncipe recebeu um suborno de um milhão de dólares do fabricante norte-americano de aviões, a Lockheed Corporation, para influenciar o governo holandês a comprar aviões de combate.

Alemão de nascimento, estudou direito em Lausanne e em Berlim. Nos anos 30, após a ascensão de Adolfo Hitler ao poder, Bernhard teve treino de piloto de combate e ingressou como oficial nas SS. Casou-se, posteriormente, com a princesa Juliana da Holanda e a sua relação com os nazis manteve-se até à invasão do país pelas tropas alemãs.

A família real holandesa partiu para o exílio e o príncipe Bernhard tornou-se piloto da força aérea britânica entre 1942 e 1944, mas nem por isso ganhou a confiança dos aliados. Em 1944 tornou-se comandante das forças armadas holandesas e nessa qualidade esteve presente nas negociações do armistício.

O escândalo Lockheed não foi caso único. As investigações então conduzidas revelaram outras acções, como seja o pagamento de mais de um milhão de dólares de suborno a Juan Peron em troca da compra à Holanda de um novo equipamento de caminho de ferro destinado à Argentina. Tinha relações de amizade e esteve também envolvido com Tibor Rosenbaum, húngaro de nascimento, sionista e agente da Mossad, que fundou na Suíça o Banque du Crédit International (BCI). O banco financiava as operações da Mossad e fazia lavagem de dinheiro do império do crime controlado por Meyer Lansky.

O príncipe Bernhard contratou também um exército de mercenários, na sua maioria britânicos, para combater o tráfico de marfim em reservas selvagens no continente africano. Todavia, essa organização participava no tráfico e estava ao serviço da manutenção do apartheid na África do



Etienne Davignon e Paul Wolfowitz (em cima) e Rainha Beatriz da Holanda (em baixo), em 2003.



Sul. Planearam assassinatos de dirigentes da ANC e treinaram os grupos da UNITA e da Renamo.

A sua longa presidência e a suspensão do encontro de 1976 comprovam o importante papel que desempenhava no grupo Bilderberg. Bernhard desempenhou mais de 300 cargos em conselhos de administração e comissões em todo o mundo e marcou a estratégia secreta e de negócios da organização.

O príncipe fundador deixou Bilderberg, mas entrou uma rainha, Beatriz da Holanda, sua filha e da rainha Juliana. No período de 1982 a 2005 e de acordo com a informação relativa a 18 encontros, a monarca só esteve ausente em três deles. A rainha da Holanda e da Casa de Orange é considerada a mulher mais rica do mundo.

CORPO SUPRA-NACIONAL

O grupo considera-se uma entidade supra-governamental e supra-nacional, parte

de um conjunto mais vasto de organizações que pretendem governar o mundo. O biógrafo norte-americano Alden Hatch escreveu a biografia de Bernhard. Nessa obra de 1962 e de acesso restrito, o fundador de Bilderberg exprime a opinião de que «é difícil reeducar o povo, que foi criado no nacionalismo, para a ideia de renúncia de uma parte da sua soberania para um corpo supra-nacional».

Mas essa dificuldade não impediu a sua acção. A ideia da criação do grupo partiu de Joseph Retinger que a propôs a Bernhard em 1952. Retinger contactou o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Harry Truman, cuja administração abraçou desde logo a ideia, e Bernhard envolveu líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) numa discussão aberta sobre assuntos internacionais, que decorreu à porta fechada. O primeiro secretário-geral da NATO foi o britânico Lord Ismay, empossado em 1952. Teve como vice-secretários-gerais dois holandeses, Jonkheer van Vredenburg (1952-1956) e Baron Adolph Bentinck (1956-1958).

Apesar da anuência de Truman, os contactos só foram formalizados com Dwight D. Eisenhower, que assumiu a presidência dos EUA em 1953. Este foi comandante supremo das forças que invadiram a França e, no pós-guerra, comandou as novas forças da NATO. A delegação norte-americana, homóloga da de Retinger e Bernhard, teve como actores chave o general Walter Bedell Smith, Charles Douglas Jackson e David Rockefeller.

O primeiro participou na rendição formal do exército alemão em Maio de 1945, em Rheims, na França, foi posteriormente embaixador dos EUA em Moscovo, director da CIA (1950-1953) e sub-secretário de Estado da administração de Eisenhower, sobre as ordens de quem já tinha servido durante a guerra (1942-1945). O segundo foi durante a II Guerra Mundial especialista em guerra psicológica. Domínio em que continuou a trabalhar na presidência de Truman. Em 1953 e 1954 foi assessor especial de Eisenhower nas áreas de assuntos internacionais, planeamento da guerra-fria e guerra psicológica.

Bilderberg surge, pois, sob os auspícios dos militares, dos homens de negócios, de agências de espionagem e do poder político. É na sua origem um instrumento da

guerra-fria que visa a unificação da Europa (incluindo a reunificação das alemanhas), a concertação de posições entre as elites deste continente e do americano, e a governação do mundo. A evolução da organização acentuou o domínio do capital financeiro e a sua influência através dos meios de comunicação social, dos meios académicos e de institutos e fundações.

De acordo com autores como David Icke e Paul Vigay (Reino Unido), que investigaram esta teia de relações de influência na perspectiva da teoria da conspiração, Bilderberg faz parte de um conjunto de organizações que pretendem governar o mundo. A sua origem é The Round Table, que foi fundada no final do século XIX por Cecil Rhodes. O seu enriquecimento proveio das minas de diamantes e ouro da África do Sul, onde Lord Rothschild, que detinha através da companhia De Beers o monopólio dos diamantes, lhe prestou apoio financeiro.

Essa associação foi criada em conjunto com um grupo de homens de Cambridge, também um feudo da família Rothschild. Após a morte de Cecil Rhodes no início do século XX, Lord Alfred Milner sucedeu-lhe no governo do império financeiro e na liderança do grupo e passou a editar a «Round Table Review». O grupo tinha dois ramos, um britânico e outro norte-americano, e, a partir dos anos 20, começou a germinar um núcleo que viria a ser apelidado Cliveden Set.

De acordo com o historiador norte-americano John Taylor, foi o jornalista britânico Claud Cockburn, fundador e editor do semanário «The Week», que cunhou o apelido ao denunciar em 1937 a simpatia pró-nazi do grupo, que preconizava um entendimento com a Alemanha de Hitler. Este núcleo teve como proeminentes membros Geoffrey Dawson, editor do «Times» de Londres, Lord Lothian e Lord Halifax.

Além do Council on Foreign Relations, do Royal Institute of International Affairs e do grupo Bilderberg, foram ainda criados The American Association for the United Nations (em 1943 e que deu origem à The United Nations Association), Clube de Roma (1968) e Comissão Trilateral (1973). A The American Association for the United Nations foi constituída por um grupo de proeminentes cidadãos norte-americanos, a que



Jaap Hoop Scheffer e Henry Kissinger



mais tarde aderiu Eleanor Roosevelt, mulher do presidente dos EUA.

Esta associação defendeu na sua origem a criação da organização das Nações Unidas. Ao fundir-se em 1964 com um grupo de 138 organizações nacionais, nasceu a The United Nations Association.

Em 1999, o Business Council for the United Nations (um grupo de homens de negócios e magnatas das maiores empresas norte-americanas criado em 1958) juntou-se também à The United Nations Association, que hoje conta com 20 mil membros.

Desenvolve estudos em que envolve académicos e governos de muitas partes do mundo, estabelece a agenda de prioridades da política internacional e cria oportunidades de negócios. Faz parte da World Federation on United Nations Associations, uma rede de associações congéneres criada em 1946 e presente em todos os continentes.

O Clube de Roma é uma organização que apoia uma equipa multidisciplinar de teóricos e intelectuais cuja função é produzir análises ou recomendações políticas. Foi criada em 1968 e, recentemente, em 2001, criou um núcleo destinado a jovens de 30 anos, o tt30. O Clube de Roma é presidido pelo príncipe da Jordânia, El Hassan bin Talal. Entre os membros activos conta-se uma portuguesa, a empresária portuense Estela de Magalhães Barbot, e personalidades e homens de negócios como Fernando Henrique Cardoso, Juan Luis Cebrián e José Sarney.

Entre os membros honorários contam-se Mário Soares, a rainha Beatriz da Holanda, Raymond Barre, Jacques Delors, Mikhail Gorbachev, Vaclav Havel, rei Juan Carlos de Espanha, rainha Sofia de Espanha e príncipe Filipe da Bélgica, entre outros.

A Comissão Trilateral, a última destas organizações, deve o seu nome à sua constituição regional tripartida. É constituída por um grupo europeu de 21 países e 150 membros, por um grupo americano de três países e 110 membros e um grupo asiático de 12 países e 117 mem-

bros. As maiores representações nacionais são as dos EUA (85 membros) e do Japão (75 membros). O grupo português da Trilateral foi criado em 1980 e tem direito a uma quota de cinco membros.

Peter Sutherland preside à estrutura da Europa, Thomas Foley à da América do Norte e Yotaro Kobayashi à da Ásia Pacífico. Jorge Braga da Macedo faz parte da comissão executiva da Trilateral e preside, conjuntamente com Francisco Pinto Balsemão, ao Fórum Portugal Global (FPG), uma associação de empresas portuguesas cuja missão é promover a participação portuguesa na Comissão Trilateral.

Jorge Braga de Macedo integra a comissão de honra da candidatura de Cavaco Silva à presidência da República e faz parte do Compromisso Portugal. É professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical e foi ministro das Finanças de Cavaco Silva. Mais dois membros da Trilateral (Diogo Vaz Guedes e Estela Barbot) e outros dois do FPG (António Carrapatoso e António Gomes de Pinho) fazem parte da candidatura de Cavaco Silva.

O TABULEIRO DE BILDERBERG

O tabuleiro de Bilderberg é o campo de acção dos poderosos do mundo. Tal como no xadrez, há uma carga simbólica que é intrínseca ao conjunto das peças. Reis, governantes, poder económico, poder militar, poder simbólico, cavaleiros e peões, todos estão aí representados. Embora a guerra não seja travada naquele tabuleiro, também aí se desenrolam jogos de poder e de interesse. E, como noutras instâncias, a representação norte-americana tem um domínio preponderante.

A estrutura de Bilderberg é constituída por uma comissão consultiva de quatro membros (David Rockefeller – EUA, Eric Roll of Ipsden – Reino Unido, Giovanni Agnelli – Itália e Otto Wolff von Amerongen – Alemanha) e por uma comissão de

direcção de 31 membros, presidida por Etienne Davignon (Bélgica) e que tem como secretário-geral J. Martin Taylor (Reino Unido). Cerca de 120 pessoas participam em cada conferência. Convidada pelo membro da direcção do respectivo país, cada delegação nacional deve assegurar um equilíbrio tripartido entre empresários, políticos e intelectuais.

Do conjunto das 53 conferências realizadas entre 1954 e 2005, há dados e listas de participantes relativamente a 18 encontros. Reportam-se aos conclaves realizados desde 1982, com excepção dos anos de 1983 a 1987 e 1990. Nesses 18 encontros participaram 902 pessoas, o que se traduz em 1.987 presenças, atendendo a que 305 dos conferencistas participaram em mais do que um dos conclaves.

Das 902 pessoas, 54 pertenciam a instituições internacionais e os restantes participaram em delegações de 35 países. A delegação norte-americana nestes 18 encontros foi constituída por 218 pessoas (25,7% do total) com 501 presenças (27,7%). O segundo país com maior número de pessoas é o Reino Unido. Participaram 65 pessoas (7,7%) com 133 presenças (7,4%).

Há outros 16 países cujo número de participantes é igual ou superior a 14 pessoas. Os primeiros 18 países asseguraram em 18 anos 95,2 por cento dos conferencistas. De acordo com a listagem de pessoas e por ordem decrescente, o terceiro país é o Canadá (6,6%), seguido pelos restantes 15: Alemanha (6,5%), França (6,1%), Itália (4,6%), Portugal (4,4%), Holanda (4,3%), Turquia (3,8%), Finlândia (3,7%), Áustria (3,5%), Grécia (3,5%), Suécia (3,4%), Noruega (2,8%), Suíça (2,6%), Espanha (2,2%), Bélgica (2,1%) e Dinamarca (1,7%).

David Rockefeller, Henry Kissinger, Vernon E. Jordan, Jr e Victor Halberstadt participaram em todos os 18 encontros. Os três primeiros são norte-americanos, membros do Council on Foreign Relations e da elite empresarial. O quarto é holandês, professor de economia e ex-secretário-geral do grupo Bilderberg.

Com 17 participações surgem Etienne Davignon (Bélgica) e Francisco Pinto Balsemão, com 16 presenças Marie-Josée Kravis (Canadá) e Thierry de Montbrial (França) e com 15 a rainha Beatriz (Holanda), Eric Roll of Ipsden (Reino Unido) e James D. Wolfensohn (EUA). São ao todo 45 os conferencistas que participaram em mais de nove encontros, entre os quais avulta a elite capitalista, membros da Comissão europeia, governantes, dois presidentes do Banco



CIA, segurança à conferência de 2000

Mundial, um do Banco Central Europeu, um secretário-geral da NATO, diversos professores e vários jornalistas.

De acordo com um levantamento incompleto, nas conferências de Bilderberg participaram, designadamente, nove chefes de Estado, 27 chefes de governo, 97 governantes, 42 deputados de parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, 15 senadores, 20 conselheiros políticos, 24 dirigentes de partidos, sete sindicalistas, 103 jornalistas, 50 professores universitários, 24 magnatas, 47 banqueiros, 20 gestores de bancos nacionais, quatro do Banco Mundial e três do Banco Central Europeu.

A Comissão Europeia tem uma representação qualificada em Bilderberg. Os seus três últimos presidentes foram conferencistas. Além de Jacques Santer, que presidiu à Comissão entre 1995 e 1999, também o vice-presidente Léon Brittan e os comissários Karel Van Miert, Mário Monti e Erkki Liikanen estiveram em Bilderberg.

Estes dois últimos integraram a Comissão presidida por Romano Prodi, ele também um conferencista de Bilderberg. Na sua presidência, entre 1999 e 2004, outros nove comissários participaram nos encontros: Loyola de Palacio, Frits Bolkestein, Gunter Verheugen, Pascal Lamy, David Byrne, António Vitorino, Anna Diamantopoulou, Pedro Solbes e Joaquin Almunia.

Na Comissão de Durão Barroso, têm lugar cinco conferencistas de Bilderberg. Além do presidente e de dois comissários de Prodi que herdou (Verheugen e Almunia), também Neelie Kroes e Peter Mandelson participaram nos encontros do grupo. Apenas um presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox, que exerceu o mandato entre 2002 e 2004, participou no conclave.

Pelo contrário, os secretários-gerais da NATO estão em permanência ao serviço de Bilderberg. Pelo menos nove dos 11 titulares da organização foram nomeados para o cargo após passarem pelos encontros: Dirk U. Stikker (mandato de 1961 a 1964), Manlio Brosio (1964-1971), Joseph Luns (1971-1984), Lord Carrington (1984-1988),

Manfred Wörner (1988-1994), Willy Claes (1994-1995), Javier Solana (1995-1999), Lord Robertson (1999-2003) e Jaap de Hoop Scheffer (desde 2004).

Também Bill Clinton e Angela Merkel foram introduzidos em Bilderberg antes de ascenderem à presidência dos EUA e à chancelaria da Alemanha. Não são casos únicos, mas uma prática corrente. Clinton esteve presente em Baden-Baden, na Alemanha, em 1991, e a nova chanceler alemã em Rottach-Egern, também na Alemanha, no corrente ano.

O grupo não se limita a seleccionar os governantes, a abrir-lhes a porta do poder ou a indicar-lhes a saída. Controla os negócios, manipula as finanças mundiais e determina a evolução da economia. Estabelece a agenda que garante a reprodução do seu poder e o enriquecimento dos seus membros. A moeda europeia, o Tratado de Nice ou a Constituição europeia foram temas discutidos em Bilderberg antes do seu debate na União Europeia.

Em 1993, por exemplo, a conferência procedeu à abordagem sobre o tipo de Europa com a qual os Estados Unidos deviam lidar, bem como o custo da indiferença face à ex-União Soviética. No ano seguinte, analisaram a redefinição das relações atlânticas num tempo de mudança e o comércio mundial. Encetaram desde então um debate anual sobre o fundamentalismo islâmico.

O futuro da NATO, o exército norte-americano, o modelo social europeu, o alargamento da União Europeia, as relações com a China, a globalização e a governação corporativa, o terrorismo e a guerra no Iraque estiveram na agenda de diversas conferências. Na conferência realizada em Maio deste ano, a discussão incidiu sobre o Irão, o Iraque e o Médio Oriente em geral, sobre a China, a Rússia, as relações EUA-Europa e sobre o estado da economia mundial.

Em Bilderberg, os poderosos do mundo ensaiam as jogadas do xadrez global. Refinam a sua arte de guerra, fazem avançar os cavalos e as torres. Alinham todas as suas forças para policiar o mundo e multiplicar os seus lucros. **FP**

Fontes do dossier Bilderberg:
Biografias e/ou currículos de todos os citados; história, missões e objectivos das organizações citadas; sítios na Internet de instituições, organizações internacionais, como a NATO e CIA, administrações e governos nacionais e instâncias internacionais como a União Europeia; sítios na Internet com artigos e bibliografia sobre Bilderberg; sítios na Internet com informação sobre a lista de conferencistas, designadamente, o Bilderberg.org, criado e mantido por Tony Gosling, e a Wikipedia, the free encyclopedia online.

COM MÁRIO LINO E PEDRO SERRA À MESA

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NA AGENDA DA TRILATERAL

Quatro gestores públicos, um gestor privado e um jurista integraram em 1997 uma comissão de direcção constituída, no âmbito da associação de empresas que financiam o grupo português da Comissão Trilateral, para debater as águas nacionais e peninsulares e abordar o modelo de privatização para este sector.

O relatório foi aprovado numa reunião realizada em 29 de Abril desse ano, no salão nobre do Instituto de Investigação Científica Tropical, em Lisboa, e na qual também participaram como membros do grupo consultivo a ex-ministra do Ambiente Teresa Gouveia e João Joanaz de Melo, do GEOTA. O documento foi entregue em 13 de Novembro de 1997 ao Presidente da República, Jorge Sampaio, ao Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, e ao primeiro-ministro, António Guterres.

Dos seis especialistas do sector que colaboraram com a Trilateral e com o sector privado nacional, um é hoje ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e outro é presidente da Águas de Portugal. Em 1997, Mário Lino, o ministro em funções, era presidente da Águas de Portugal e administrador do IPE (Investimentos e Participações Empresariais) e Pedro Serra era presidente do Instituto da Água (INAG).

Os quatro restantes convidados da direcção do Fórum Portugal Global e da Trilateral eram Paulo Canelas de Castro (do escritório de A. Barbosa de Melo & P. Canelas de Castro), João Baú (presidente da EPAL e administrador da Águas de Portugal), Frederico Melo Franco (presidente da Luságua) e João Bárto (administrador do IPE).

Paulo Canelas de Castro mantém a sua actividade no ramo de direito e como consultor, João Baú é investigador e apoiante da candidatura de Francisco Louçã à Presidência da República, Frederico Melo Franco é consultor da ProSistemas e do Banco Espírito Santo de Investimento e João Bárto é presidente da Generg, um consórcio do universo da Fundação Oriente.

O actual secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, António Castro Guerra, recordou, em Junho passado, quando procedeu à assinatura do Contrato de Financiamento da Carteira de Projectos do grupo de energias renováveis Generg, que o seu primeiro contacto com o grupo data de 2000, era então presidente do IPE.

O relatório aprovado pela Trilateral e



Mário Lino e Jorge Braga de Macedo

financiadores, na presença dos seis convidados, tem como um dos pressupostos a «definitiva empresarialização do sector da água». Defendem a promoção de um sector privado nacional e a «reformulação do modo de intervenção no mercado da EPAL, tendo como pressuposto a respectiva privatização». O Estado deve proceder à empresarialização do sector e, posteriormente, proceder à privatização, através de «negociação directa interna no quadro da lei das privatizações».

O prazo para desencadear as operações deverá ter em conta «o posicionamento estratégico dos grupos portugueses com vontade e capacidade para actuar no sector».

TRILATERAL PORTUGUESA

O grupo Portugal da Comissão Trilateral é constituído por 16 membros, dos quais cinco estão em efectividade de funções na organização-mãe. Francisco Lucas Pires, já falecido, também integrou o grupo. A ligação portuguesa à Trilateral data de 1980. Além de Jorge Braga de Macedo, estão em funções Diogo Vaz Guedes (Somague, integrada em 2004 no grupo espanhol Sacyr Vallehermoso), Estela Barbot (Sarcot, SAR-Sociedade de Participações Financeiras e Aga - Álcool e Géneros Alimentares), João Menezes Ferreira (Morais Leitão & Galvão Telles) e Vasco de Mello (Grupo Mello).

Os restantes membros do grupo Portugal são: António Maldonado Gonelha (Caixa Geral de Depósitos, ex-ministro do Trabalho e Saúde), António Mexia (Galp, ex-ministro das Obras Públicas e Transportes), António Vasco de Mello (Tecnidata, SGPS,

ex-presidente da CIP e ex-deputado), Carlos Tavares (presidente da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, ex-ministro da Economia), Francisco Pinto Balsemão (Impresa), Ilídio Pinho (IP Holding e Fomentinvest), José Lamego (advogado, PT, ex-secretário de Estado), Mário Pinto (professor da Universidade Católica, ex-ministro da República para os Açores), Paulo de Pitta e Cunha (presidente da direcção do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), Rui Mateus (ex-membro da Fundação Luso-Americana e ex-deputado) e Salvador Guedes (Sogrape).

A associação de empresas portuguesas Fórum Portugal Global foi criada em 1996 para apoiar financeiramente o grupo português da Trilateral e a internacionalização dos negócios. É constituída por 27 membros, de que fazem parte todos os da Trilateral, com excepção de Carlos Tavares. Os restantes fundadores ou membros são António Carrapatoso (Vodafone), António Gomes de Pinho (Portgás), António Mexia (que à data da fundação representava o Banco ESSI), Armando Pascoal (Bento Pedroso Construções), Eduardo Costa (Banco Finantia) Francisco Mantero (ELO), Francisco Souza da Câmara (Morais Leitão & J. Galvão Teles), Jorge Armino (Portucel), José Roquete (Pleiade), Luís Silva (Lusomundo) e Pedro Queiroz Pereira (Semapa).

O grupo português realizou já duas reuniões plenárias da Comissão Trilateral em Lisboa (1983 e 1992) e outra no Porto (2003). Em 1992 debateram o futuro do trilateralismo, na perspectiva, designadamente, da ligação a África, América Latina e Ásia. Na reunião do Porto, em 2003, a abordagem incidiu sobre a forma de lidar com a globalização a partir da periferia.

Nas actividades do grupo português da Trilateral têm ainda participado, designadamente, Jorge Sampaio, Durão Barroso, Miguel Cadilhe, Eduardo Ferro Rodrigues, António Vitorino, Franklin Alves, António Amorim, Filipe de Botton, Luís Valente de Oliveira, António Borges e João Cravinho. **FP**

OC

DEPOIS DE SETE TRANSNACIONAIS

PORTUGAL EM 38º LUGAR

O volume de negócios de sete empresas transnacionais ultrapassou o produto interno bruto (PIB) de Portugal em 2004. O país ocupa a 31ª posição entre as economias dos estados, de acordo com dados do Banco Mundial. Passa ao 38º lugar se se intercalarem os resultados das maiores empresas mundiais, publicados pela revista norte-americana «Forbes».

As transnacionais norte-americanas Wal-Mart Stores¹ (sector de retalho), a Exxon Móbil² (petróleo e gás), a General Motors e a Ford (ambas na actividade de consumos duráveis), a britânica BP e a holandesa Shell (ambas a actuar no petróleo e gás) e a alemã Daimler-Chrysler (consumos duráveis) superam a riqueza total produzida por Portugal.

O Banco Mundial divulgou a lista do PIB de 184 estados, referente às contas de 2004. A primeira economia mundial é a dos Estados Unidos da América (14.001 mil milhões de euros), seguida a grande distância pela do Japão. Portugal fica em 15º lugar entre os 25 Estados-membros da União Europeia (UE). A economia mais pequena é a do Kiribati (ilhas Gilbert, no Pacífico Sul), com um PIB de 74 milhões de euros, que é idêntica à de S. Tomé e Príncipe (penúltimo lugar na lista).

Os dez restantes Estados-membros da UE encontram-se nas seguintes posições: República Checa (39ª), Hungria (41ª), República Eslovaca (58ª), Eslovénia (61ª), Luxemburgo (62ª), Lituânia (71ª), Chipre (83ª), Letónia (87ª), Estónia (95ª) e Malta (118ª). Mas, se forem intercaladas no ranking as empresas transnacionais, a República Checa passa a ocupar o 54º lugar, a Hungria o 57º, a República Eslovaca o 152º, a Eslovénia o 199º, o Luxemburgo o 204º, a Lituânia o 297º, Chipre o 406º, a Letónia o 464º, a Estónia o 599º e Malta o 1.065º.

Esta comparação evidencia o peso das sociedades transnacionais nos fluxos financeiros. Mais ricas que os estados, as transnacionais adquiriram um poder político não legitimado. Poder acrescido por serem, na maioria dos países, as principais fontes de financiamento de partidos políticos.

Sete empresas portuguesas integram a lista das 2000 maiores empresas mundiais, publicada pela «Forbes» e respeitante ao exercício de 2004. A EDP, a primeira das empresas portuguesas, com um volume de negócios semelhante ao PIB da Bolívia, situa-se na 732ª posição, enquanto a Sonae, SGPS, com facturação comparável à riqueza gerada na Jamaica, ocupa o 810º lugar.

As cinco restantes empresas distribuem-se nas seguintes posições e com um volume de negócios comparável ao dos países citados entre parêntesis: Portugal Telecom na 860ª (Gabão), BCP na 967ª (Ilhas Mau-

ricias), BPI na 1.643ª (Laos), Cimpor na 1.778ª (Malawi) e Brisa na 2.055ª (Djibouti).

Além do Brasil e Portugal, que se encontram, respectivamente, em 14º e 38º lugares, os restantes países e província da China onde se fala português ocupam as seguintes posições: Angola (322ª), Macau (1.057ª), Moçambique (1.063ª), Cabo Verde (1.969ª), Timor Leste (2.152ª), Guiné-Bissau (2.157ª) e S. Tomé e Príncipe (2.175ª). Listados apenas pelo PIB, a sua posição é a seguinte: Angola (75ª), Macau (110ª), Moçambique (116ª), Cabo Verde (156ª), Timor Leste (174ª), Guiné-Bissau (176ª) e S. Tomé e Príncipe (183ª).

AS MAIORES EMPRESAS

A Wal-Mart Stores, a maior transnacional em volume de negócios, facturou 342,26 mil milhões de euros em 2004, de acordo com a listagem das 2000 maiores empresas da «Forbes». No último lugar, a norte-americana Sirius Satellite Rádio registou um volume de negócios de 84 milhões de euros.

As empresas de origem norte-americana são 711, representando 35,6 por cento do total. Em segundo lugar surge o Japão com 326 (16,3%) e em terceiro o Reino Unido com 134 (6,7%). Existem outros 27 países com um número de empresas compreendido entre 67 e dez e, outros 22 países com menos de dez cada. Portugal encontra-se na 36ª posição (0,35% do total). Os Estados-membros da União Europeia a 15 totalizam 471 empresas (23,6%), a que acrescem mais seis empresas de outros três Estados-membros.

Quanto ao sector de actividade, a banca (309 empresas), diversos serviços financeiros (150), serviços públicos (114), materiais (108), seguros (108), petróleo e gás (99), retalho (88), construção (81), transportes (81) e alimentação, bebidas e tabaco (77) estão representados por 1.215 transnacionais (60,8% do total). As restantes 17 áreas de actividade totalizam 785 empresas. **FP**

OC

¹ Internacionalizou-se em 1991, com operações em nove países: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, Japão, Coreia, México, Porto Rico e Reino Unido. O Barclays Bank, State Street Corporation, Vanguard Group, Northern Trust Corporation, Deutsche Bank Aktien Gesellschaft, Goldman Sachs Group, JP Morgan Chase & Company e Morgan Stanley são alguns dos accionistas desta empresa transnacional de retalho.

² A Standard Oil, de John D. Rockefeller, aliou-se aos seus rivais BP et Shell e constituiu um cartel para

PIB e volume de negócios - 2004

Unidade: Mil milhões de euros

Economias/ Empresas	PIB/ VN
1 Estados Unidos da América	14.001,02
2 Japão	5.548,08
3 Alemanha	3.257,30
4 Reino Unido	2.569,08
5 França	2.403,10
6 Itália	2.006,76
7 China	1.979,19
8 Espanha	1.189,73
9 Canadá	1.175,72
10 Índia	830,25
11 Coreia do Sul	815,61
12 México	811,80
13 Austrália	757,51
14 Brasil	725,83
15 Federação Russa	698,87
16 Holanda	692,71
17 Suíça	431,36
18 Bélgica	419,80
19 Suécia	415,68
20 Turquia	362,34
21 Áustria	348,13
22 Wal-Mart Stores - EUA	342,26
23 BP - Reino Unido	342,07
24 Shell Group - Holanda	318,23
25 ExxonMobil - EUA	316,79
26 Indonésia	309,17
27 Arábia Saudita	300,67
28 Noruega	300,20
29 Dinamarca	291,65
30 Polónia	290,20
31 África do Sul	255,33
32 Grécia	244,08
33 General Motors - EUA	232,14
34 DaimlerChrysler - Alemanha	231,30
35 Finlândia	223,92
36 Irlanda	220,27
37 Ford Motor - EUA	205,01
38 Portugal	201,94
39 Toyota Motor - Japão	198,82
40 Tailândia	196,19
41 Hong Kong, China	195,61
42 Irão	195,25
43 General Electric - EUA	182,83
44 Argentina	181,80
45 ChevronTexaco - EUA	171,48
46 Total - França	157,97
47 Volkswagen Group-Alemanha	144,85
48 ConocoPhillips - EUA	142,46
49 Malásia	141,33
50 Israel	141,06

Fontes: Banco Mundial e revista Forbes

dominar o mercado mundial. Financiou os nazis na esperança de se apropriar dos recursos da União Soviética. Transformada em Exxon Móbil, tornou-se a primeira empresa a nível mundial e é uma das financiadoras das campanhas dos Bush. Fora dos Estados Unidos é também conhecida pela marca Esso. Controla actividades de exploração, produção, aprovisionamento, transporte e venda de petróleo e gás natural em 200 países e territórios («Exxon-Mobil, fournisseur officiel de l'Empire», de Arthur Lepic, in (www.voltairenet.org).

OS PORTUGUESES ESCOLHIDOS

São 39 os portugueses escolhidos pela comissão de direcção do grupo Bilderberg. O social-democrata Francisco Pinto Balsemão escolhe os convidados desde 1988, procurando que em cada ano se sentem à mesa da elite mundial do capitalismo representantes do PSD, do PS, dos grupos económicos, das universidades e da comunicação social.

Nessa instância supranacional são definidas as estratégias para a governação do mundo. Aí são escolhidos os actores que formados à medida hão-de desempenhar os papéis que lhes forem confiados.

Em 17 anos de encontros secretos, a elite portuguesa assegurou pela mão do militante número 1 do PSD a 10ª posição em número de participações no conjunto dos 35 países que, em cada ano, se reuniram no continente americano ou no europeu. Participação essa que se torna mais relevante se forem considerados apenas 15 países do núcleo duro.

Além de seis dos sete países do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália e Reino Unido), a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça e Turquia fazem o pleno de presenças nos 18 encontros de Bilderberg, dos quais existe informação disponível.

Embora o secretismo que rodeia as conferências de Bilderberg possa estar na origem da ausência de Portugal na lista do encontro de 1982, é provável que o seu exercício governativo no início da década fosse determinante para a participação de Pinto Balsemão em 1988 e a sua ascensão à comissão de direcção no ano seguinte. Também em 1988 passou a integrar a Comissão Trilateral, de que foi membro até 1994. Desde então faz parte do grupo português.

É, no entanto, provável que tenha havido outras assistências portuguesas antes de 1988, designadamente no decurso da viragem política ocorrida em Portugal, a partir de 1976. As negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com a Comunidade Económica Euro-



Pinto Balsemão,
José Sócrates e
Durão Barroso

peia indiciam uma maior aproximação dos dirigentes políticos portugueses dos grupos e organizações do capitalismo transnacional.

Foi no II Governo constitucional (1978) e no IX Governo (1983-1985) que se concretizou o acordo com o FMI e se entrou na fase decisiva das negociações para a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), cujo tratado foi subscrito em Junho de 1985. Mário Soares, primeiro-ministro nestes dois governos, conduziu as negociações, em executivos em que o PS surgiu coligado com o CDS (no primeiro caso) e com o PSD (no segundo).

António Guterres, que foi em 1975 adjunto do ministro Mário Soares, viria a integrar a Comissão Negociadora de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia entre 1976 e 1979. Foi eleito secretário-geral do PS em 1982 e, no ano seguinte, membro da Comissão Parlamentar de Demografia, Migrações e Refugiados da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Francisco Pinto Balsemão, que ascendeu a primeiro-ministro após a morte de Sá Carneiro, ganhou protagonismo no país e estabeleceu contactos e relações externas no âmbito das negociações de adesão à CEE. Em 1981 e 1982 deslocou-se, designadamente, a Londres, Bruxelas, Luxemburgo, Dinamarca e Roma, onde foi inevitável o contacto com comissários e pessoal da Comissão, que simultaneamente são membros do grupo Bilderberg. E, em Dezembro de 1981, o Presidente da República francesa, François Mitterrand, visitou oficialmente Portugal.

ABRE PORTAS

Há uma coincidência relevante nas participações portuguesas de Bilderberg, que é, de resto, concordante com a tendência verificada relativamente a participantes de outros países. Bilderberg abre portas e impulsiona carreiras, proporciona contactos e relações internacionais, franqueia a entrada em círculos da elite capitalista.

Os últimos quatro primeiros-ministros portugueses ascenderam ao cargo após terem participado nos encontros. António Guterres participou, em 1994, na conferência realizada em Helsínquia, na Finlândia, juntamente com Durão Barroso e com o advogado portuense e militante do PSD Miguel Veiga. No ano seguinte, em 1995, após a vitória do PS nas legislativas, Guterres é convidado a formar governo e Barroso, que era ministro dos Negócios Estrangeiros no terceiro Governo de Cavaco Silva, passou à oposição.

Decorridos seis anos, António Guterres demite-se do governo, na sequência da derrota eleitoral do PS nas autárquicas de 2001. Eduardo Ferro Rodrigues assume a chefia do executivo até à realização de eleições legislativas e também a liderança do PS. Jorge Sampaio — também ele um convidado de Bilderberg, tendo participado na conferência de 1999, realizada em Sintra — marca as eleições para 17 de Março de 2002. O PSD ganha as eleições e

Durão Barroso, presidente do partido desde 1999, é convidado a formar governo.

No ano seguinte, em 2003, Durão Barroso compareceu no encontro do grupo de Bilderberg, realizado em Versailles, em França. Desta vez foi acompanhado por Eduardo Ferro Rodrigues. Mas perspectivou-se aí uma nova missão para o primeiro-ministro. Barroso não leva o mandato até ao fim e pede a demissão para desempenhar o cargo de presidente da Comissão Europeia.

Em 2004, Jorge Sampaio decide reconduzir o PSD, rejeitando a hipótese de convocação de eleições antecipadas, o que leva Ferro Rodrigues a demitir-se de secretário-geral do PS. Pedro Santana Lopes, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi convidado a participar na conferência do grupo Bilderberg, que se realizou no início de Junho, em Stresa, Itália. Um mês depois Santana Lopes forma governo, a convite do Presidente da República. Mas o novo presidente do PSD e novo primeiro-ministro não se deslocou sozinho a Itália. Foi com ele José Sócrates, antigo ministro do Ambiente de António Guterres e que seria eleito três meses depois secretário-geral do PS.

Na delegação portuguesa de 2004, além do sempre presente Francisco Pinto Balsemão, participou também pela segunda vez numa conferência de Bilderberg António Vitorino. A sua estreia ocorreu em 1996, em Toronto, no Canadá, quando era vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa do Governo de António Guterres. Na altura, também o acompanhou a jornalista Margarida Marante.

Depois da saída de António Vitorino do governo, em 1997, ocupou nos dois anos seguintes o lugar de presidente da Portugal Telecom Internacional e o de presidente da assembleia geral do Banco Santander Portugal. Cargos que deixou para ser empossado como comissário europeu, na Comissão presidida por Romano Prodi. Na reunião de 2004, Vitorino era comissário responsável pela Justiça e Assuntos Internos em fim de mandato e o seu nome era avançado como candidato possível à presidência da Comissão Europeia e à eleição de 2006 para a Presidência da República portuguesa.

A estada de Santana Lopes no governo é breve. Dissolvida a Assembleia da República e convocadas eleições legislativas, José Sócrates, já então secretário-geral do PS, conquista a maioria absoluta em 20 de Fevereiro de



Jorge Sampaio

Os actores portugueses de Bilderberg	
António Barreto - 1992	
António Borges - 1997, 2002	
António Guterres - 1994, 2005	
António Vitorino - 1996, 2004	
Artur Santos Silva - 1999	
Carlos Monjardino - 1991	
Carlos Pimenta - 1991	
Eduardo Marçal Grilo - 1999	
Eduardo Ferro Rodrigues - 2003	
Elisa Ferreira - 2002	
Fernando Faria de Oliveira - 1993	
Francisco Lucas Pires - 1988	
Francisco Murteira Nabo - 1999	
Francisco Pinto Balsemão - 1988, 1989, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005	
Guilherme d'Oliveira Martins - 2001	
João Cravinho - 1999	
Joaquim Ferreira do Amaral - 1999	
Jorge Sampaio - 1999	
José Cutileiro - 1995	
José Durão Barroso - 1994, 2003, 2005	
José Galvão Teles - 1997	
José Sócrates - 2004	
Luis Mira Amaral - 1995	
Marcelo Rebelo de Sousa - 1998	
Margarida Marante - 1996	
Maria Carrilho - 1995	
Miguel Horta e Costa - 1998	
Miguel Veiga - 1994	
Nicolau Santos - 1999	
Nuno Brederode Santos - 1993	
Nuno Morais Sarmiento - 2005	
Pedro Santana Lopes - 2004	
Ricardo Espírito Santo Salgado - 1997, 1999	
Roberto Carneiro - 1992	
Teresa Patrício Gouveia - 2000	
Vasco de Mello - 1999	
Vasco Graça Moura - 2001	
Vasco Pereira Coutinho - 1998	
Vitor Constâncio - 1988	

Fontes: www.bilderberg.org; www.voltairenet.org; paris.indymedia.org; perso.wanadoo.fr; global-elite.org; bilderberggroup.tripod.com

2005. Para a conferência Bilderberg, que decorreu em Maio deste ano, em Rottach-Egern, na Alemanha, foram convidados o presidente da Comissão Europeia e mais dois candidáveis, um a uma instância internacional e outro à liderança do PSD.

Durão Barroso acompanhou o seu amigo pessoal Nuno Morais Sarmiento, que é, no entanto, ultrapassado em Portugal na corrida para a direcção do PSD por Luís Marques Mendes. Pelo contrário, António Guterres é confirmado em Maio para o cargo de Alto Comissário da ONU para os Refugiados.

Mas Bilderberg serve também para afastar quem não se enquadre nos objectivos definidos. Foi o que aconteceu a Margareth Thatcher ao manifestar reservas a uma crescente integração europeia. O mesmo poderá ter acontecido a Ferro Rodrigues, quando nas eleições de 2004 para o Parlamento Europeu se manifestou contra a venda de 49 por cento do capital da empresa Águas de Portugal. Posição essa que contraria a política comunitária e os objectivos capitalistas. Em Agosto passado, José Sócrates nomeia-o chefe da delegação portuguesa junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em Paris.

Os acontecimentos dão consistência à tese da governação mundial capitalista. Daí que se perceba o secretismo que envolve os conchabos de Bilderberg. Para que o silêncio seja assegurado, participam nos encontros representantes dos maiores grupos de comunicação social, tanto administradores como jornalistas. Mas participam igualmente para se informarem sobre o que interessa à agenda mediática. Entre os portugueses contam-se Margarida Marante (encontro de 1996), Nicolau Santos (1999) Nuno Brederode Santos (1993) e o próprio Pinto Balsemão, patrão do grupo Impresa.

Um conjunto de jornalistas conseguiu, a partir do exterior, abrir algumas brechas na cortina, relativamente a 18 encontros. Ficaram por revelar a lista de presenças e a agenda de 35 encontros. Mais de três dezenas de anos que compreendem períodos importantes da história do mundo e de Portugal.

BLOCO CENTRO-DIREITA

Do que se conhece, foi em 1988,

em Telfs-Buchen, na Áustria, que Francisco Pinto Balsemão encetou uma participação ininterrupta de 17 anos de conferências, de que se conhecem as listas, provavelmente incompletas, de 17. Mas não foi sozinho. Vítor Constâncio e Francisco Lucas Pires fizeram-lhe companhia. Constituíram um bloco alargado de centro-direita (PS-PSD-CDS).

Nesse ano, Constâncio era secretário-geral do PS. Cargo de que se demite em Outubro do mesmo ano, depois de Cavaco Silva ter conquistado uma maioria absoluta nas legislativas de Julho de 1987 e formar o seu segundo governo. Lucas Pires, falecido em 1998, foi coordenador-geral da Aliança Democrática (PSD-CDS) e presidente do CDS entre 1983-1985. Partido de que se demitiu em 1991 por discordância quanto à sua política europeia. Em 1994, foi eleito para o Parlamento Europeu como independente nas listas do PSD.

Em 1989, o conclave reuniu-se em La Toja, em Espanha, e apenas está registada a presença de Pinto Balsemão. Subsiste a hipótese de ter falhado algum nome na recolha de dados ou a eventualidade dos socialistas terem declinado o convite. Jorge Sampaio é nesse ano eleito secretário-geral do PS, cargo que ocupa até 1992.

Sobre a conferência de 1990, realizada em Maio, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, não existe nenhuma informação. A presidência dos Estados Unidos da América era então ocupada por George H. W. Bush, o pai do actual presidente norte-americano.

Em 1991, a representação portuguesa à conferência de Bilderberg, que decorreu em Baden-Baden, na Alemanha, apresentou características específicas. Além de Balsemão, os outros dois participantes caracterizam-se por uma relativa discrição. O socialista Carlos Monjardino foi apresentado como presidente da Fundação Oriente e o social-democrata Carlos Pimenta como membro do Parlamento Europeu e ex-secretário de Estado do Ambiente, tutela que ocupou no Governo de Mário Soares (PS-PSD) e no primeiro de Cavaco Silva, que se lhe seguiu.

Os dois têm hoje em comum partilhar o negócio das energias renováveis. Os seus trajectos, como noutros casos, cruzam-se ou desenvolvem-se simetricamente ao longo dos respectivos percursos de vida profissional e política. Monjardino é de longa data um colaborador de Mário Soares e Pimenta um indefectível de Cavaco Silva. Carlos Pimenta representa a SIIF Energies Portugal, uma subsidiária da francesa EDF Energies Nouvelles, que tem a concessão para a construção de diversos parques eó-



António Guterres, Ferro Rodrigues e Santana Lopes

licos: em Cabril, Cerveirences de Espiga, que fazem parte do projecto eólico do Vale do Minho, e ainda na serra da Nogueira.

Quanto a Carlos Monjardino, entre muitos outros negócios, está ligado à Generg, um consórcio que tem como accionistas a Lusenerg e o grupo belga Electrabel. A Generg obteve agora a concessão para construir em Portugal 22 parques eólicos. Entre o consórcio bancário que financiará o investimento encontra-se o BPI, de Artur Santos Silva. Este banqueiro participou na conferência de Bilderberg de 1999, enquanto a Electrabel é uma subsidiária da Tractebel, de que é vice-presidente Etienne Davignon, o qual é presidente honorário das conferências de Bilderberg.

A conferência de 1992 decorreu em Evian-les-Bains, em França. Nela participaram António Barreto e Roberto Carneiro. Qualquer deles foi membro do governo, o primeiro num governo PS e o segundo em três do PSD. António Barreto foi ministro da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, no primeiro governo constitucional, de Mário Soares, empossado em 1976. Foi autor da designada lei Barreto, que visou o desmantelamento da Reforma Agrária. Hoje é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Roberto Carneiro tomou parte em três governos do PSD. Foi secretário de Estado da Educação, em 1980, no Governo de Sá Carneiro, secretário de Estado da Administração Regional e Local, em 1982,

no segundo Governo de Pinto Balsemão e ministro da Educação, de 1987 a 1991, no segundo Governo de Cavaco Silva. Na conferência de Bilderberg foi apresentado também como consultor do Banco Mundial, mas era ainda consultor da OCDE, da UNESCO e do Concelho da Europa e presidente da TVI. É professor da Universidade Católica Portuguesa, presidente do grupo Forum e director do Observatório da Inovação e Conhecimento, a convite do ministro José Luís Arnaut, adjunto do primeiro-ministro Durão Barroso.

No ano seguinte, em 1993, participou na conferência de Atenas, na Grécia, mais um ministro do bloco central. Fernando Faria de Oliveira foi secretário de Estado da Exportação no segundo governo de Pinto Balsemão (1981-1982), secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro Mota Pinto, no governo do bloco central chefiado por Mário Soares (1983-1985), e secretário de Estado Adjunto e das Finanças no segundo governo de Cavaco Silva, ascendendo em seguida a ministro do Comércio e Turismo neste e no executivo seguinte (1987-1995).

No seu currículo consta ainda o exercício de funções de gestão e administração no IPE (Investimentos e Participações Empresariais), Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, Siderurgia Nacional, Banco de Fomento e Exterior, ICEP (Instituto de Comércio Exterior de Portugal) e, entre outras empresas, Empresa Geral de Fomento. No corrente ano ascendeu à presidência da comissão executiva do Banco Siméon, o banco do grupo Caixa Geral de Depósitos em Espanha. Além do ministro do PSD, esteve presente na Grécia Nuno Brederode Santos, membro do PS e colunista do «Expresso».

Em 1994, os conferencistas rumaram à Finlândia, com uma comitiva portuguesa de quatro membros, como já referido anteriormente. Também em 1995 quatro portugueses participaram na conferência de Bilderberg, que decorreu em Zurique, na Suíça.

Este encontro decorreu pouco menos de um mês após a realização em Lisboa do Conselho de Ministros da União da Europa Ocidental (UEO), no qual quatro países (França, Itália, Espanha e Portugal) decidiram criar a Eurofor (força operacional de reacção rápida). A UEO foi fundada em 1948 pelo Tratado de Bruxelas como organização europeia de cooperação para a defesa e a segurança. Reactivada em 1984, hoje é composta por 28 Estados, com

estatutos distintos, que são, simultaneamente, membros da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Portugal aderiu à UEO em 1990 e, em 1994, o embaixador José Cutileiro foi eleito secretário-geral da organização.

As funções que desempenhava e a recente realização do Conselho da UEO em Lisboa recomendaram a participação do embaixador no conclave de Bilderberg, em Zurique. José Cutileiro assumiu o cargo na vigência do último governo de Cavaco Silva e exerceu o cargo na UEO até 1999, quando foi substituído por Javier Solana, que foi secretário-geral da NATO (1995-1999), alto representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e é um convidado assíduo de Bilderberg. O embaixador português é autor do relatório de 2003 da Comissão de Direitos Humanos sobre a Bósnia, Herzegovina e República Federal da Jugoslávia.

Além do anfitrião Pinto Balsemão, também estiveram em Zurique Maria Carriho, do PS, e Luís Mira Amaral, do PSD. A primeira é professora de sociologia, bolsista da NATO, colaboradora do Instituto da Defesa Nacional, deputada na VII Legislatura da Assembleia da República e membro das comissões parlamentares de Defesa Nacional e de Assuntos Europeus (1995-1999), deputada ao Parlamento Europeu (1999-2004) e deputada e secretária da Mesa na X Legislatura do parlamento português (2005), eleita pelo círculo da Europa.

Mira Amaral era ministro da Indústria e Energia do terceiro Governo de Cavaco Silva quando participou no conclave de Zurique. Terminou nesse ano a sua carreira governativa, que iniciou com Cavaco Silva em 1985. Depois de tutelar o Ministério do Trabalho e Segurança Social do X Governo (1985-1987), foi investido como ministro da Indústria e Energia nos dois governos seguintes (1987-1995).

Em 1996 ingressou na Banca de Investimentos do Grupo BFE (Banco Fomento e Exterior) e passou a administrador do BPI (Banco Português de Investimento) entre 1998-2002, ocupando em simultâneo a presidência de bancos em Luanda e Maputo e a administração de diversas empresas industriais. A partir de 2002 entrou para a administração da Caixa Geral de Depósitos, donde saiu em 2004 como presidente executivo.

VIA MACAU

A participação em Bilderberg e em instâncias de actividade política e institu-



Marcelo Rebelo de Sousa, Oliveira Martins e Vasco Graça Moura

cional revelou-se muito gratificante para impulsionar a governação corporativa. O grupo Bilderberg estabelece, de resto, uma estratégia de governação mundial na perspectiva dos interesses dos grupos económicos e corporações de empresas transnacionais. O caminho para Bilderberg tem muitas vias. Uma vez chegam lá por via política outras pela via da governação corporativa. Em todo o caso, é um caminho geralmente percorrido nos dois sentidos.

Como já referido, na conferência de 1996 participaram Margarida Marante e António Vitorino. O *curriculum vitae* do ex-comissário europeu, patente no sítio oficial da Comissão Europeia na Internet, intitula-se «De Lisboa para Bruxelas via Macau». Além da referência ao exercício do cargo de secretário de Estado para a Administração e Justiça no Governo de Macau (1986-1987) e à participação no Grupo de Ligação Sino-Português em representação do Presidente da República Mário Soares (1987-1989), mais nada no currículo esclarece o ênfase que António Vitorino dá à sua via macaense.

No entanto, é conhecida a sua ligação ao chamado grupo de Macau, de que faz parte, designadamente, Jorge Coelho, influente dirigente do PS e também antigo membro do Governo de Macau. Nesta galeria têm igualmente lugar Francisco Murteira Nabo e Carlos Monjardino, conferencista de Bilderberg em 1991, ex-governador de Macau e representante

dos interesses de Stanley Ho em Portugal. Todos eles fizeram parte do elenco do Governo de Carlos Melancia em Macau.

Este último foi secretário de Estado da Indústria Pesada e da Coordenação Económica (1976-1977), ministro da Indústria e Tecnologia (1978) e ministro do Mar e do Equipamento Social (1983-1985), governos todos chefiados por Mário Soares. Melancia também passou pela administração da Sorefame como

Murteira Nabo.

Carlos Monjardino preside à Fundação Oriente. Embora hoje seja uma instituição privada com total autonomia administrativa e financeira, a fundação foi criada em 1986 por acordo entre o Governo de Macau e a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), de Stanley Ho. A doação inicial da STDM à fundação ascendeu a 40 milhões de dólares. Dois anos após a sua criação, a Fundação Oriente estabeleceu-se em Lisboa.

Tendo iniciado a sua carreira na banca, em Portugal e noutros países europeus, Carlos Monjardino preside e administra actualmente um conjunto vasto de interesses económicos que vão da hotelaria ao jogo, da banca e seguros às energias renováveis. Pertence também à administração de diversas fundações, entre elas a Fundação Mário Soares e a Fundação Stanley Ho.

A Fundação Oriente é accionista da Companhia de Seguros Sagres e do Banco Português de Gestão (BPG), desde 2001. Mas tem também interesses nos sectores da água, saneamento, mini-hídricas, energias renováveis, farmácias sociais e microcrédito. O BPG está associado à Planet Finance Portugal, uma plataforma de microcrédito criada por Jacques Attali, conselheiro especial do Presidente da República francesa, François Mitterrand, fundador e primeiro presidente do BERD (Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento). Da comissão de honra da associação fazem parte Vitor Constantino, Cavaco Silva, Luís Mira Amaral, Carlos Monjardino, António Guterres e, entre outros, Miguel Horta e Costa.

Algumas destas e outras individualidades, nacionais e estrangeiras, participam nos Encontros da Arrábida, que decorrem no Convento da Arrábida, propriedade da Fundação Oriente. Os seus organizadores definem o evento como um fórum internacional de discussão de questões políticas e estratégicas, que se reúne anualmente,

e de cuja comissão permanente fazem parte 15 personalidades, das quais oito são conferencistas de Bilderberg, entre eles Lord Carrington, que foi secretário-geral da NATO (1984-1988) e presidente das conferências de Bilderberg (1991-1998).

A comissão permanente inclui três portugueses, dois britânicos e dois franceses, e um de cada um dos seguintes países: Alemanha, Brasil, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Polónia, Rússia e Suécia. Os portugueses são Carlos Monjardino, José Cutileiro e Jaime Gama. Há encontros que são fechados ao público, como foi o caso do que debateu, em 2003, as relações entre os Estados Unidos e a União Europeia. O Instituto Português de Relações Internacionais (Universidade Nova de Lisboa), de que fazem parte Nuno Severiano Teixeira (ministro da Administração Interna no segundo governo Guterres) e António Vitorino, é outra das entidades que promove seminários no Convento da Arrábida.

OUTROS GRUPOS

Mas outros grupos têm assento nos conclaves de Bilderberg. Ricardo Espírito Santo Salgado foi convidado duas vezes por Francisco Pinto Balsemão. A sua primeira participação ocorreu em 1997, no encontro realizado em Atlanta, nos Estados Unidos da América. Além do banqueiro, a comitiva portuguesa integrou José Manuel Galvão Teles e António Borges. Este último também foi convidado uma segunda vez.

Quanto a José Manuel Galvão Teles, encontra-se com Pinto Balsemão sempre que se reúne o Conselho de Estado. Entre os 20 membros deste órgão de consulta da Presidência da República, seis já foram conferencistas de Bilderberg (Jorge Sampaio, José Sócrates, José Manuel Galvão Teles, Vítor Constâncio, João Cravinho e Francisco Pinto Balsemão).

Ricardo Espírito Santo Salgado é presidente do grupo financeiro Espírito Santo, o qual está presente em 17 países de todos os continentes. O grupo detém nove bancos no segmento da banca comercial e outras cinco instituições financeiras na banca de investimento. Detém sociedades e opera ainda na área de crédito especializado, gestão de activos e seguros. A Caisse Nationale du Credit Agricole, a Europ Assistance Holding, o Bradesco, a Caixa Geral de Depósitos e a Portugal Telecom têm participações financeiras em empresas do grupo.

Outro dos convidados, José Manuel Galvão Teles pertenceu ao Movimento de



António Borges,
António Vitorino
e Carlos Monjardino

Esquerda Socialista, ingressando mais tarde no Partido Socialista. Fez a sua carreira profissional na advocacia, sendo sócio da firma de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, que exerce actividade, designadamente, nas áreas de direito administrativo, bancário e financeiro, mercado de capitais, concorrência e direito comunitário, ambiente, energia, fusões e aquisições, privatizações e imobiliário.

Mas é também vogal do conselho de administração do Banco Santander Totta (antigo Crédito Predial Português) e presidente da mesa da assembleia geral de empresas como a EDP – Energia de Portugal, Santander Totta – SGPS, SONAGI – Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, Auchan Portugal, Pão de Açúcar e Interlago – Sociedade Internacional de Gestão e Organização de Empresas.

António Borges, o outro convidado, era nesta sua primeira comparência reitor da INSEAD, Escola de Negócios para o Mundo, que tem dois *campus*, um na Europa (Fontainebleau, França) e outro na Ásia (Singapura). Na sua segunda participação, ocorrida em 2002, era vice-presidente e director-geral da Goldman Sachs.

A INSEAD é uma escola para formar gestores de topo, que é financiada e integrada nos seus órgãos de direcção representantes de grandes grupos e empresas transnacionais, participantes usuais nos encontros de Bilderberg. Dispõe de um

conselho internacional, constituído por conselhos nacionais de 23 países. Portugal aderiu em 1998 e o presidente do conselho é António Horta Osório, do Santander Central Hispano.

António Borges foi vice-governador do Banco de Portugal, onde — de acordo com o seu currículo — desempenhou um importante papel no processo de liberalização do sistema financeiro português. Mas foi também consultor de grandes empresas industriais e financeiras e de instituições como a OCDE. Quando participou na conferência realizada em 2002, na Virgínia (EUA), integrava a Goldman Sachs. Este grande grupo, com sede em Nova Iorque, opera em diferentes sectores de actividade, desde o financeiro à saúde, dispõe de uma fundação e de um instituto que, entre outros fins, forma jovens gestores e executivos africanos.

Em 2004, António Borges assumiu protagonismo no seio do PSD ao defender a «mudança de liderança» do partido e ter apresentado uma moção ao congresso. Declarou então que a Portugal faltava vontade de aceitar as regras do jogo da economia de mercado, isto é, «premiar quem merece». Empreendedor como é, o conferencista de Bilderberg é um dos subscritores do chamado «Compromisso Portugal».

Este grupo neo-liberal assume a vocação de *think thank*, isto é, uma organização de teóricos multidisciplinares e intelectuais cujo esforço visa produzir análises e recomendações políticas. A *think thank* portuguesa surgiu em Fevereiro de 2004, numa iniciativa de 124 subscritores que têm apresentado recomendações, comentado os programas do PS e PSD e criticado o programa de governo e a aplicação das medidas de José Sócrates. O sítio do «Compromisso Portugal» na Internet está alojado no portalexecutivo.com, uma empresa maioritariamente detida pelo grupo Caixa Geral de Depósitos.

Pertencem a este grupo quatro convidados de Bilderberg (António Borges, Carlos Pimenta, Miguel Horta e Costa e Vasco Pereira Coutinho), mas também grandes empresários e individualidades apoiantes da candidatura presidencial de Cavaco Silva, como Alexandre Relvas. Ex-secretário de Estado de Cavaco Silva, Alexandre Relvas foi dirigente nacional do PSD com Marcelo Rebelo de Sousa e apoiante da moção de António Borges no último congresso do PSD.

Miguel Horta e Costa e Vasco Pereira

Coutinho foram dois dos convidados de Pinto Balsemão na conferência de 1998. O outro foi Marcelo Rebelo de Sousa. O encontro realizou-se nos dias 14 a 17 de Maio, em Ayrshire, na Escócia, enquanto simultaneamente decorria a reunião do G8 (G7 mais Rússia), de 15 a 17 de Maio, em Birmingham, na Inglaterra. E, imediatamente a seguir, a Organização Mundial do Comércio (OMC) reuniu-se de 18 a 20 de Maio, em Genebra, na Suíça.

O comércio era uma temática familiar a Miguel Horta e Costa, que exerceu as funções de secretário de Estado do Comércio Externo no segundo Governo de Cavaco Silva (1987-1991). Esta foi a sua única experiência governativa. A sua actividade desenvolveu-a em empresas, maioritariamente no sector das comunicações (CTT, Marconi e CTT/TLP), onde a partir de 1982 ascendeu a cargos da administração.

Mas nos anos 90 encetou actividade no sector financeiro, ao nível da administração de instituições bancárias do grupo Espírito Santo. Simultaneamente ascendeu à vice-presidência da administração do grupo Portugal Telecom (PT), qualidade em que participou em Bilderberg. De 1998 a 2000, representou a PT na administração da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, de que Pinto Balsemão é presidente. Miguel Horta e Costa é presidente da administração da PT Multimédia e presidente executivo da Portugal Telecom, SGPS.

O outro convidado, Vasco Pereira Coutinho, participou no encontro na qualidade de presidente da IPC Holding. A sua área de negócio principal ou publicamente mais conhecida é o imobiliário. É accionista da GEF – Gestão de Fundos Imobiliários e das empresas Temple e Cottées. Estas duas últimas empresas intervêm no negócio da Quinta do Estado, na Amadora. Mas é também promotor de um projecto imobiliário na rua de Artilharia Um, em Lisboa. Está envolvido noutras actividades de negócio da família, com o seu irmão João Pereira Coutinho, amigo pessoal de Durão Barroso.

Marcelo Rebelo de Sousa é um amigo de longa data de Francisco Pinto Balsemão, a quem está ligado desde a fundação do «Expresso», em 1972. Entre 1981 e 1982, fez parte do elenco do segundo governo de Pinto Balsemão, como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e ministro para os Assuntos Parlamentares. Saído do governo funda o jornal «Semanário».

Em 1998, quando participou no encontro de Bilderberg, era presidente do



Vasco de Mello,
Murteira Nabo e
Mira Amaral

PSD, cargo a que ascendeu em 1996 e que deixou em 1999 para Durão Barroso. No mês anterior à sua partida para a Escócia, assegurou, no Congresso do PSD de Tavira, um acordo com Manuel Monteiro, presidente do CDS/PP, para constituir nova Aliança Democrática. A partir dos anos 90 tornou-se conhecido do público pelas suas análises políticas e como fazedor da opinião, que iniciou na TSF, para prosseguir depois na TVI e agora na RTP.

ENCONTRO EM CASA

O encontro de Bilderberg de 1999 realizou-se em casa. A elite mundial veio reunir-se em Sintra e a comitiva portuguesa era constituída por dez pessoas, entre elas o Presidente da República, Jorge Sampaio. Nesse ano António Guterres governava o país e realizaram-se eleições para o Parlamento Europeu (Junho) e Assembleia da República (Outubro). Ricardo Espírito Santo Salgado participou pela segunda vez no conclave de Bilderberg.

Além do grupo Espírito Santo, o grupo Mello e o grupo BPI (Banco Português de Investimento) estiveram representados, respectivamente por Vasco de Mello e Artur Santos Silva. Nicolau Santos, editor do «Expresso», também participou no conclave, assim como os ministros Eduardo Marçal Grilo e João Cravinho, o presidente da Portugal Telecom Francisco Murteira Nabo, e o deputado do PSD Joa-

quim Ferreira do Amaral.

Vasco de Mello era à data vice-presidente do grupo José de Mello, mas desde 2003 assumiu a presidência da sociedade gestora de participações sociais, após o processo de alteração conduzido pelo próprio pai, José Manuel de Mello. Reestruturação que se tinha iniciado em 1999, com a integração do Banco Mello e da seguradora Império no BCP. O grupo Mello torna-se accionista de referência do grupo bancário de Jardim Gonçalves. Este está, de resto, com Vasco de Mello nos órgãos sociais da Brisa.

O grupo Mello acrescentou novas áreas de negócio às suas áreas tradicionais, o sector químico (CUF) e a saúde (hospital CUF). Entrou na Brisa e na Efacec no ano 2000, desenvolveu o sector da saúde (José de Mello Saúde, que gere o Hospital Fernando Fonseca), novas tecnologias (TMG), transportes marítimos, residências e serviços para idosos e, entre outros, o vinícola.

O banqueiro Artur Santos Silva teve uma breve experiência governativa, como secretário de Estado do Tesouro, no Governo provisório de Pinheiro de Azevedo (1975-1976). Foi vice-governador do Banco de Portugal entre 1977 e 1978. A partir de 1981 ascendeu à presidência do grupo BPI. A estrutura accionista do BPI integra os grupos Itaú, La Caixa, Allianz, Banco Santander Central Hispano, BCP, Chase Manhattan Bank, Arsopi, Violas, Goldman Sachs e Espírito Santo, entre outros. Mais de 30 por cento do capital está nas mãos de estrangeiros.

Marçal Grilo assumiu a pasta da Educação no primeiro governo de António Guterres (1995-1999). Antes de ascender ao governo, trabalhou no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, consultor do Banco Mundial e director de serviço para a cooperação da Fundação Calouste Gulbenkian. Actualmente é administrador da fundação e vice-presidente da Partex Oil and Gás (Holdings) Corporaion.

O outro ministro, João Cravinho, assumiu a pasta do Planeamento e da Administração do Território no governo Guterres e, a partir de Janeiro de 1996, acumula o cargo de ministro do Equipamento Social por demissão de Francisco Murteira Nabo. Engenheiro e pós-graduado em economia, fez a sua carreira em gabinetes de estudo. Actividade de consultor que prosseguiu depois do 25 de Abril.

A actividade política de João Cravinho teve início em 1975 como ministro da

Indústria e Tecnologia do quarto governo provisório de Vasco Gonçalves. Foi deputado ao Parlamento Europeu (1989-1994) e deputado à Assembleia da República em seis legislaturas, presidindo actualmente à Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional.

Murteira Nabo desempenhou pela primeira vez cargos governativos entre 1983 e 1985, como secretário de Estado dos Transportes, no governo do bloco central liderado por Mário Soares. Aí chegou depois de passar pela presidência da Marconi e a vice-presidência da Sorefame. No Governo de Macau, onde esteve entre 1987 e 1991, ocupou diversas pastas. Após a passagem pelo primeiro governo Guterres, que não chegou a um mês, assumiu a presidência da Portugal Telecom, SGPS.

Outro engenheiro, Joaquim Ferreira do Amaral, iniciou a sua carreira na função pública e, após o 25 de Abril, foi chefe de gabinete do secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras, no governo provisório de Pinheiro de Azevedo. Pasta que vem a ocupar no V Governo Constitucional, de Maria de Lourdes Pintasilgo (1979). Aderiu ao PSD em 1981 e, nesse mesmo ano, assume o cargo de secretário de Estado da Integração Europeia, no primeiro governo de Pinto Balsemão.

Nos três governos de Cavaco Silva, foi sucessivamente ministro do Comércio e Turismo (1985-1987 e 1987-1990) e ministro das Obras Públicas e Comunicações (1990-1995). Quando participou no encontro de Bilderberg era deputado à Assembleia da República e, em 2001, candidatou-se à Presidência da República, nas eleições que reconduziram Jorge Sampaio.

O encontro de Bilderberg de 2000 realizou-se em Bruxelas, na Bélgica. Depois da excessiva comitiva do ano anterior, participaram apenas Pinto Balsemão e Teresa Patrício Gouveia, ambos militantes do PSD. Licenciada em História, o seu primeiro cargo político foi o de secretária de Estado da Cultura no primeiro governo de Cavaco Silva (1985-1987), no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, de que era titular João de Deus Pinheiro.

No governo seguinte foi secretária de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, ascendendo a ministra do Ambiente no terceiro governo de Cavaco Silva (1991-1995). Com a subida do PS ao poder, exerceu o cargo de deputada na Assembleia da República. Voltou ao governo pela mão de Durão Barroso como ministra dos Negócios Estrangeiros e das



Vítor Constâncio, Artur Santos Silva e Ricardo Espírito Santo

Comunidades Portuguesas (2002-2004). Foi presidente da Fundação de Serralves, governadora da Fundação Europeia de Cultura, pertenceu ao conselho consultivo do jornal «Público» e é desde 2004 administradora da Fundação Calouste Gulbenkian.

Além de Pinto Balsemão, a comitiva portuguesa ao encontro de 2001 incluiu Guilherme d'Oliveira Martins, do PS, e Vasco Graça Moura, do PSD. O encontro decorreu em Gothenburg, na Suécia. Vasco Graça Moura participou no conclave na sua qualidade de deputado ao Parlamento Europeu, para que tinha sido eleito em 1999. Exerceu o cargo de secretário de Estado da Segurança Social, no quarto governo provisório, liderado por Vasco Gonçalves (1975) e secretário de Estado dos Retornados, no sexto governo provisório, de Pinheiro de Azevedo (1975).

Pertence ao conselho directivo da Fundação Luso-Americana (FLAD) e da Fundação da Casa de Mateus. Na FLAD faz parte do mesmo órgão de gestão que Vítor Constâncio. No Parlamento Europeu é membro efectivo da delegação para as Relações com os Estados Unidos e membro suplente das delegações para as Relações com o Mercosul e para as Relações com a Assembleia Parlamentar da NATO.

A FLAD foi criada em Maio de 1985 pelo Governo de Mário Soares com um fundo inicial próprio de 38 milhões de dólares americanos, resultante da coope-

ração com o governo dos Estados Unidos da América. Os membros dos seus órgãos de gestão são designados pelo primeiro-ministro português, mesmo aqueles que são indicados pelo embaixador norte-americano em Lisboa.

Guilherme d'Oliveira Martins foi secretário de Estado da Administração Educativa, quando Marçal Grilo era titular da pasta da Educação (1995-1999). No governo seguinte ascendeu a ministro da Educação (1999-2000), ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares (2000-2001) e ministro da Presidência e das Finanças (2001-2002). Chegou à Assembleia da República na II Legislatura (1980-1983), eleito pela ASDI (Acção Social Democrata Independente), e em seis legislaturas seguintes candidatou-se pelo PS. Em 2005, transitou da vice-presidência do grupo parlamentar do PS para presidente do Tribunal de Contas, por nomeação do Governo de José Sócrates.

Em 2002, a conferência de Bilderberg decorreu em Chantilly, Virgínia, nos Estados Unidos da América. Os participantes debateram a economia mundial e a governança corporativa, entre outros temas. António Borges, da Goldman Sachs, participou no conclave pela segunda vez. A outra convidada foi Elisa Ferreira, então deputada à Assembleia da República e ex-ministra nos dois governos de António Guterres. No primeiro foi ministra do Ambiente (1995-1999), de que José Sócrates foi secretário de Estado adjunto, e, no segundo, ministra do Planeamento (1999-2002), qualidade em que esteve no conclave realizado em Virgínia.

Quando deixou o governo foi deputada à Assembleia da República, de que foi vice-presidente do grupo parlamentar do PS, e desde 2004 é deputada no Parlamento Europeu, onde é membro efectivo da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e membro suplente da Comissão do Comércio Internacional.

Dezassete anos de conferências de Bilderberg permitem constatar como é pequeno este mundo português. Apesar das diferenças, mais ou menos significativas, o trajecto desta elite de 39 individualidades faz acentuar as convergências de projectos e opções políticas. A singularidade de cada um não deixa de ser influenciada por essa casa comum em que todos estiveram presentes. **FP**

ORLANDO CÉSAR

MAIS DE 17 PESSOAS POR GOVERNANTE

UM MILHAR AO SERVIÇO DE JOSÉ SÓCRATES

O XII Governo de Cavaco Silva custava ao país seis milhões de contos por ano (29,9 milhões de euros). Só o gabinete do primeiro-ministro custava um milhão de contos (cinco milhões de euros). Dez anos e cinco governos depois, quanto custará hoje o executivo de José Sócrates? Como inscreve na coluna das despesas a sua noção de rigor?

Um milhar de pessoas está ao serviço do Governo de José Sócrates. Embora seja um dos executivos com menos governantes, trabalham nos gabinetes do primeiro-ministro, ministros e secretários de Estado tantas ou mais pessoas como no último Governo de Cavaco Silva (1991-1995). O governo custava então seis milhões de contos por ano (29,9 milhões de euros).

O levantamento de nomeações de pessoal para os gabinetes dos membros do XVII Governo conduziu ao apuramento de 933 pessoas. Mas é um número incompleto. O apuramento da revista «Função Pública» foi feito apenas até ao passado dia 21 de Setembro. Mas escaparam, certamente, algumas nomeações, já que não é crível que o gabinete do ministro da Saúde, António Correia de Campos, conte apenas com um chefe de gabinete, um adjunto de gabinete, uma secretária pessoal e outro funcionário de apoio administrativo.

Além do número ser oito vezes inferior ao quadro de pessoal do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José Vieira da Silva, falta no gabinete de Correia de Campos um profissional que nenhum governante dispensa, o motorista. Basta notar que o secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo, tem seis motoris-

Ministros e secretários e pessoal dos gabinetes

	Nº	%
1º Ministro	1	1,9
Ministros	14	26,4
Ministras	2	3,8
Secretários de Estado	32	60,4
Secretárias de Estado	3	5,7
Subsecretário de Estado	1	1,9
TOTAL	53	100
Adjunta/o de gabinete	178	19,0
Apoio ao gabinete	168	17,9
Secretariado	152	16,2
Assessoria	142	15,1
Motoristas	119	12,7
Assistentes e auxiliares	57	6,1
Chefes de gabinete	56	6,0
Colaborações	26	2,8
Coordenações	25	2,7
Exercício funções	9	1,0
Consultores e conselheiros	7	0,7
TOTAL	939	100

tas ao seu serviço. O levantamento destes profissionais peca por defeito. É o caso do primeiro-ministro José Sócrates que conta apenas com um, enquanto Cavaco Silva tinha há dez anos 24 motoristas ao serviço do seu gabinete.

São estes casos que permitem estimar que o quadro de pessoal ao serviço directo do Governo de José Sócrates ultrapassa mais de um milhar de pessoas. Dado que o executivo não se presta a fornecer o número de pessoas ao seu serviço nem o custo global dos encargos com pessoal ter-se-á que fazer contas com base nos dados apurados. E esse cômputo de 933 pessoas listadas aponta para um número médio de 17,7 pessoas ao serviço de cada governante.

2,7 VEZES ACIMA DA MÉDIA

Mesmo calculado por defeito, o número de pessoal do gabinete de José Sócrates está 2,7 vezes acima da média. O primeiro-ministro tem 49 pessoas directamente ao seu serviço. Tem um chefe de gabinete,

12 adjuntos de gabinete, 17 assessores e 15 secretárias. Há dez anos, trabalhavam para Cavaco Silva um chefe de gabinete, 11 adjuntos, dez assessores e 22 secretárias.

Mas são os gabinetes do ministro das Finanças e da Administração Pública e dos seus quatro secretários de Estado que ultrapassam todas as outras pastas. Responsável pelas finanças, Fernando Teixeira dos Santos não dá um exemplo de rigor orçamental. Trabalham para o ministro e os quatro secretários de Estado 135 pessoas.

Porém, há ministros com mais pessoal ao serviço do seu próprio gabinete do que Teixeira dos Santos. Este tem 28 pessoas, tal como os ministros Mário Lino (Obras Públicas, Transportes e Comunicações) e Manuel Pinho (Economia e Inovação).

José Vieira da Silva (Trabalho e Solidariedade Social) tem no seu gabinete 34 pessoas, Diogo Freitas do Amaral (Negócios Estrangeiros) e Isabel Pires de Lima (Cultura) 33 cada, Mariano Gago (Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e Jaime Silva (Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas) 29 cada.

Há também gabinetes de secretários de Estado com maior número de pessoal ao serviço do que Teixeira dos Santos. No Ministério que tutela, Carlos Costa Pina (Tesouro e Finanças) e João Figueiredo (Administração Pública) têm 30 pessoas cada.

É também no Ministério das Finanças que se pagam maiores remunerações ao pessoal dos gabinetes. A assessoria de imprensa do gabinete do ministro é paga a 4.500 euros. Na Secretaria de Estado da Administração Pública, o cargo de assessoria especializada no âmbito da reestruturação da administração central é paga a 4.150 euros.

Estes valores reportam-se apenas às remunerações, pagas 14 vezes por ano, a que acrescem outros subsídios e abonos. As disposições legais prevêem as despesas com a refeição do pessoal e os chefes de gabinete têm poderes para autorizarem o pagamento de abonos de trabalho extraordinário em dias de descanso semanal, suplementar e

feriados. Mas podem igualmente autorizar despesas de representação.

REALIDADES DISTINTAS

O vencimento dos funcionários públicos pertence a uma realidade distinta. Basta dizer que o topo da carreira de assessor na administração pública equivale à remuneração líquida de 2.854,22 euros. O acesso à carreira faz-se por concurso e mediante a habilitação com licenciatura. Para chegar ao topo da carreira de assessor precisa, na melhor das hipóteses, de 15 anos de serviço.

O pessoal dos gabinetes de ministros e secretários goza, porém, de condições de excepção. As suas remunerações não têm qualquer conformidade com os vencimentos praticados na administração pública. Todavia, verifica-se mesmo nesse quadro disparidades de remunerações que dificilmente são atribuíveis às qualificações das pessoas em causa. As diferenças parecem decorrer mais dos gabinetes e de quem as contrata.

Sem pretender fazer uma listagem das remunerações do pessoal dos gabinetes, dar-se-ão aqui alguns exemplos que comprovam a diferença de vencimentos com os trabalhadores da função pública e as disparidades no seio de destacados e requisitados.

A coordenação de gabinete e a gestão da agenda do ministro Freitas do Amaral corresponde a uma remuneração de 2.500 euros (mais subsídio de refeição, férias e Natal). A colaboração no mesmo gabinete equivale a 3.200 euros, mais 620 euros de abono mensal, e as relações com a imprensa a 1.800 euros (mais subsídio de refeição, férias e Natal).

As funções na área de associativismo e intercâmbio de oportunidades do gabinete do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas são pagas a 2.600 euros (mais subsídio de refeição, férias e Natal). Idêntico vencimento é auferido no mesmo gabinete no apoio jurídico e em funções na área da juventude e do associativismo dos portugueses residentes no estrangeiro.

No gabinete do ministro Teixeira dos Santos, que tutela a administração pública, a colaboração no âmbito do acompanhamento e articulação do plano de informatização tributária é paga a 2.500 euros (14 meses) e a assessoria de imprensa recebe 4.500 euros (14 meses). Também a assessoria especializada no âmbito da reestruturação da administração

central, revisão de carreiras e remunerações, revisão do sistema de avaliação e concepção do sistema de avaliação dos serviços da administração pública é paga a 4.150 euros (14 meses), a que acrescem as faculdades previstas no decreto-lei 196/93.

A assessoria técnica no gabinete do secretário de Estado do Ambiente é paga a 4.100 euros (mais subsídio de refeição, férias e Natal). Embora no mesmo Ministério, a assessoria técnica vale 3.410 euros (actualizada com o índice 100, subsídio de refeição, férias e Natal e ajudas de custo) no gabinete do secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e 3.480 (mais subsídio de refeição, férias e Natal) no do secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

No gabinete do ministro da Administração Interna, António Costa, a assessoria na área da comunicação social é paga a 3.450 euros (mais despesas de representação, subsídio de refeição, férias e Natal). No mesmo Ministério, mas no gabinete do secretário de Estado da Administração Interna, a gestão de arquivo e informática tem uma tabela de 2.900 euros, acrescida de todos os subsídios legais.

A assessoria de imprensa vale no gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Justiça 3.254 euros (mais subsídio de refeição, férias e Natal), enquanto os assessores ganham 3.000 euros e a assessoria jurídica 2.610 euros (mais subsídio de refeição, férias e Natal, em ambos os casos) no gabinete do secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação.

No gabinete do ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, a assessoria técnico-jurídica é remunerada, num caso, em 3.255 euros, mais subsídio

de refeição e mais 2.760 euros nos meses de Junho e Novembro e, noutros casos, em valor igual ao lugar de origem, mais abonos suplementares de 3.425,33 euros ou 2.854,44 euros, nos meses de Junho e Novembro. A actividade de gabinete de imprensa vale 3.255 euros (acrescidos de subsídio de refeição e abono suplementar de 2.760 euros nos meses de Junho e Novembro) e a de organização da documentação e informação 1.900 euros (mais subsídio de refeição e mais dois meses de abono).

No mesmo Ministério, mas no gabinete do secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o apoio à rede informática do Governo e de interface com CEGER é pago a 1.275 euros (mais subsídio de refeição e mais dois meses de abono).

A coordenação e administração da secretaria de apoio ao gabinete do secretário de Estado Adjunto e da Educação são remuneradas em 1.750 euros, acrescidas do subsídio de refeição, férias e Natal. Já no Ministério da Cultura, no gabinete da ministra Isabel Pires de Lima, o apoio técnico vale 1.947,45 euros e a colaboração em trabalhos técnicos 1.897,45 euros, a que cresce nos dois casos o subsídio de refeição, férias e Natal. Este mesmo valor atribuído à colaboração técnica é aplicado no gabinete do secretário de Estado da Cultura.

A colaboração na área da comunicação social, prestada no gabinete do ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva, é remunerada em 2.600 euros (mais subsídios de alimentação, férias e Natal). O apoio administrativo no gabinete do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas vale 1.250 euros, acrescidos de subsídio de refeição, férias e Natal.

A assessoria tem diversas tabelas na tutela da Saúde. No gabinete da secretária de Estado Adjunta e da Saúde é paga a 2.571,84 euros (mais subsídios de refeição, férias e Natal), enquanto no gabinete do ministro António Correia de Campos quer em estudos na área de gestão económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde ou na área do medicamento, vale apenas 2.000 euros. Neste mesmo gabinete, a assessoria é também paga a 1.700 euros ou a 1.400 euros, neste último caso para estudos na área do planeamento e administração dos serviços. **FP**

Nota

Os dados sobre o XII Governo de Cavaco Silva foram citados do dossier «O Governo mais caro de sempre – Cavaco custa-nos os olhos da cara», de Orlando César, publicado na edição de 13 a 19 de Março de 1992, da revista «Sábado».

Pastas e pessoal dos gabinetes

	Nº	%
Finanças e Administração Pública	135	14,5
Trabalho e da Solidariedade Social	98	10,5
Negócios Estrangeiros	80	8,6
Administração Interna	67	7,2
Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas	63	6,8
Obras Públicas, Transportes, Comunicações	60	6,4
Primeiro-ministro e adjunto	55	5,9
Economia e da Inovação	55	5,9
Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento	53	5,7
Cultura	45	4,8
Educação	43	4,6
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	42	4,5
Justiça	34	3,6
Saúde	34	3,6
Ministro da Presidência	33	3,5
Defesa Nacional	22	2,4
Assuntos Parlamentares	14	1,5
TOTAL	933	100

PESSOAL COM REMUNERAÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESTADO

SÓCRATES GANHA 14 SALÁRIOS MÍNIMOS

O vencimento mensal do primeiro-ministro em 2005 corresponde à remuneração de um ano, mais subsídio de férias e 13º mês de quem recebe o salário mínimo nacional (SMN). Os 14 meses de SMN totalizam 5.245,80 euros, enquanto José Sócrates recebe mensalmente 5.287,27 euros.

Em 2006, por decisão do Governo, o SMN vai crescer três por cento. Quem auferir o mínimo nacional passará a receber mais 11,20 euros por mês. O SMN representará 385,90 euros mensais, o que totaliza 5.402,60 euros no ano.

Embora ainda não tenha sido tornado público a percentagem a que vão crescer as remunerações dos titulares de cargos políticos, cujos valores de 2005 se publicam no quadro junto, o acréscimo nunca será 11,20 euros. Se fosse aplicado ao primeiro-ministro um aumento de três por cento, passaria a receber mais 158,61 euros por mês (o que equivale a 41% do SMN de 2006) e um vencimento mensal de 5.445,89 euros.

A aritmética que aqui se exercita não visa carrear demagogia para esta matéria. Já basta a que o Governo tem despejado sobre ou contra os trabalhadores da administração pública. Pretende-se apenas evidenciar a disparidade e, simultaneamente, constatar que, num cenário em que o aumento do primeiro-ministro fosse de três por cento, no próximo ano o seu vencimento ficaria ainda mais distante de quem recebe o mínimo nacional.

Mas o primeiro-ministro não recebe apenas 5.287,27 euros por mês, a esse vencimento acresce 2.114,91 euros de despesas de representação e muitas outras mordomias. Só estas duas parcelas da remuneração do cargo representam 99.400,63 euros anuais (19.928 contos), isto é, mais 19 vezes do que quem ganhe o SMN.

É evidente que primeiro-ministro há um só e que são centenas de milhares os que ganham o mínimo nacional. Mas também não é por estes que a maioria dos titulares de cargos políticos quer acertar os seus vencimentos. Para aquilo que designam como dignificação da função política, querem convergir com os ordenados de luxo de administradores e gestores públicos.

O presidente da Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, tinha uma remuneração-

base em 2001 de 24.939,89 euros, ou seja, ganhava cerca de cinco vezes mais do que ganha hoje o primeiro-ministro. Vítor Constâncio, o governador do Banco de Portugal recebia em 2004 uma remuneração-base de 19.473,43 euros, ou seja, ganhava cerca de quatro vezes mais do que ganha hoje o primeiro-ministro.

NÍVEL DE SECRETÁRIO DE ESTADO

Não se pense, porém, que o primeiro-ministro é insensível ao nível das remunerações de quem trabalha consigo. Não é seguramente em relação aos gestores públicos nem relativamente ao pessoal dos gabinetes do seu governo. Há assessores que ganham como secretários de Estado.

O assessor contratado no âmbito da reestruturação da administração central, revisão de carreiras e remunerações, revisão do sistema de avaliação e concepção do sistema

de avaliação dos serviços da administração pública recebe por mês, durante 14 meses, 4.150 euros. Um secretário de Estado recebe apenas mais 79,81 euros que este assessor.

A complexidade da sua função especializada e a imensidão da tarefa de que foi encarregado sugere que é um trabalho absorvente e de dedicação exclusiva. Nada mais enganoso. Ao assessor foi facultada por despacho de nomeação a acumulação de funções de docência, de acordo com a legislação em vigor e da autoria do antigo primeiro-ministro Cavaco Silva.

Esta não é a única exceção, outros membros dos gabinetes acumulam o trabalho para o governo de José Sócrates com actividades docentes ou da respectiva especialidade profissional. Mas há também membros dos gabinetes que são requisitados e que recebem pelas tabelas das empresas que deixaram para responderem ao chamamento do serviço público.

Fosse maior a transparência e, certamente, mais seriam os casos tornados públicos de privilégios privados. **FP**

Remunerações dos titulares de cargos políticos — 2005

Cargos	Vencimento mês	Despesas de repres. /mês	Total anual
Presidente da República	7.049,69	2.819,88	132.534,17
Presidente da Assembleia República	5.639,75	2.255,90	106.027,34
Primeiro-ministro	5.287,27	2.114,91	99.400,63
Vice-primeiro-ministro	4.934,78	1.973,91	92.773,92
Ministros	4.582,30	1.832,92	86.147,21
Ministros da República (Regiões Autónomas)	4.582,30	1.832,92	86.147,21
Secretários de Estado	4.229,81	1.480,43	76.982,61
Presidentes C. Municipais de Lisboa e Porto	3.877,33	1.163,20	68.241,00
Sub-secretário de Estado	3.877,33	969,33	65.914,60
Presidente câmara (40 mil ou mais eleitores)	3.524,85	1.057,45	62.037,27
Vice-presidente da Assembleia da República	3.524,85	881,21	59.922,36
Presidentes dos grupos parlamentares e secretários da Mesa	3.524,85	704,97	57.807,46
Governador civil	3.207,61	962,28	56.453,92
Presidente câmara (10 mil a 40 mil eleitores)	3.172,36	951,71	55.833,54
Presidentes das comissões parlamentares permanentes e os vice-secretários da Mesa	3.524,85	528,73	55.692,55
Vice-presidentes grupos parlamentares desde que tenham mínimo de 20 deputados	3.524,85	528,73	55.692,55
Deputados [Despesas repres. desde que mandato seja em regime dedicação exclusiva]	3.524,85	352,48	53.577,64
Vereador C. Municipais de Lisboa e Porto	3.101,86	620,37	50.870,56
Presidente restantes municípios	2.819,88	845,96	49.629,82
Vereador CM (40 mil ou mais eleitores)	2.819,88	563,98	46.245,97
Vice-governador civil	2.566,09	769,83	45.163,13
Vereador CM (10 mil a 40 mil eleitores)	2.537,89	507,58	41.621,37
Vereador CM (restantes municípios)	2.255,90	451,18	36.996,77
Pres. J. Freguesia (20 mil ou mais eleitores)	1.762,42	528,73	31.018,64
Pres. JF (10 mil ou menos de 20 mil eleitores)	1.550,93	465,28	27.296,40
Pres. JF (5 mil ou menos de 10 mil eleitores)	1.339,44	401,83	23.574,16
Pres. JF (Menos de 5 mil eleitores)	1.127,95	338,39	19.851,93

Unidade: euros

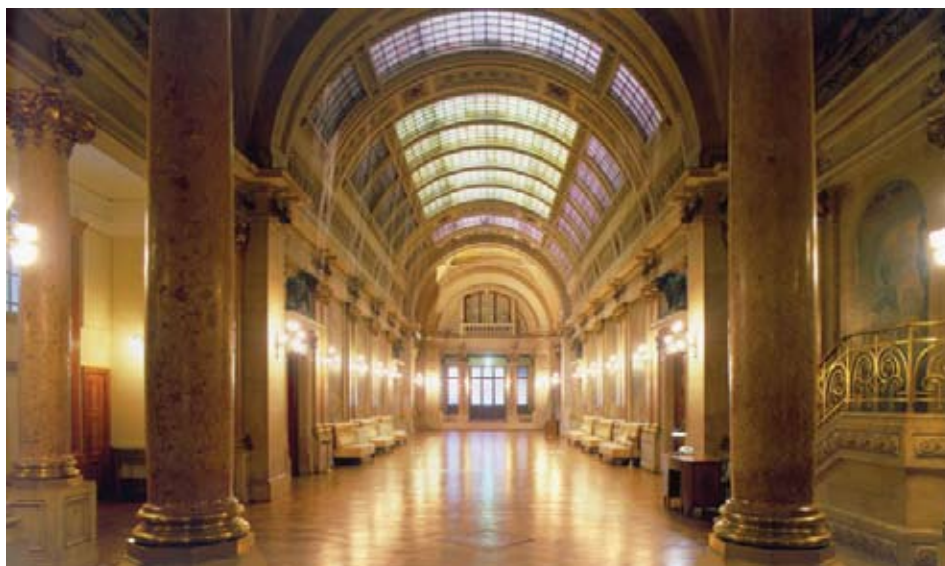
ORÇAMENTO PARA 2006 AGRAVA INJUSTIÇA FISCAL

O Orçamento de Estado para 2006 vai agravar ainda mais a grave injustiça fiscal em Portugal, segundo conclui o economista Eugénio Rosa no estudo «Carga e injustiça fiscal aumentam com proposta do Orçamento para 2006». O Estado vai arrecadar mais dinheiro através da cobrança dos impostos indirectos, aqueles que todos os portugueses pagam de forma igual e que não atendem ao rendimento de cada contribuinte. No total, o Estado amealha 20.280 milhões de euros.

O Orçamento foi aprovado em votação final, no passado dia 30 de Novembro, com os votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista (PS) e os votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, Bloco de Esquerda e Os Verdes.

O Governo de José Sócrates prevê, no próximo ano, cobrar por cada cem euros de receitas fiscais 62,6 euros de receitas provenientes de impostos indirectos (IVA, ISP, IA, selo e estampilhas e outros). Entre 2002 e 2006 o peso destas contribuições nas receitas fiscais totais do Estado aumentará 4,4 pontos percentuais, na medida em que passará de 58,2 por cento para 62,6 por cento das receitas fiscais totais (ver quadro I).

O economista dá como exemplo para ilustrar a injustiça da cobrança deste impostos a compra de um maço de tabaco. Um contribuinte com um rendimento igual ao salário mínimo nacional paga os mesmos euros de imposto indirecto quando compra este produto do que um contribuinte com



um rendimento mensal igual a dez salários mínimos.

Deste conjunto de impostos, a cobrança que mais sobe é a do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), que entre 2005 e 2006 aumentará 985 milhões de euros (mais 8,5 por cento do que este ano). Eugénio Rosa salienta ainda que, de acordo com o relatório da proposta do Orçamento para 2006, o aumento deste imposto de 19 para 21 por cento (a partir do segundo semestre deste ano) determinou um aumento de receitas, em 2005, de 250 milhões de euros. Mas no próximo ano o governo prevê que atinja 650 milhões de euros, ou seja, mais 160 por cento. Este imposto representa 38,8 por cento do

valor total dos impostos indirectos.

A cobrança do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) representará, em 2006, 10,1 por cento das receitas (3.285 milhões de euros). Uma percentagem que representa uma ligeira subida em relação ao que o governo previa arrecadar durante este ano e que representa 10 por cento dos impostos indirectos. O imposto sobre o tabaco (IT) também vai registar um aumento de um por cento que permite ao Estado encaixar mais 110 milhões de euros em relação a 2005.

Apesar de em termos percentuais o imposto automóvel (IA) registar uma ligeira quebra em 2006, quando comparado com este ano, o Estado vai arrecadar 1,200

QUADRO I – Evolução do peso dos Impostos Directos e dos Impostos Indirectos em Portugal

Designação impostos	Estimativa milhões de euros					Percentagem do total				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006 (O)
IRS	7.413,90	7.110,00	7.535,00	7.750,00	8.287,00	26,4%	25,9%	26,3%	25,5%	25,6%
IRC	4.203,70	3.464,00	3.637,00	3.660,00	3.830,00	15,0%	12,6%	12,7%	12,1%	11,8%
Outros	99,50	101,00	28,00	141,00	25,00	0,4%	0,4%	0,1%	0,5%	0,1%
I. DIRECTOS	11.717,10	10.675,00	11.200,00	11.551,00	12.142,00	41,8%	38,9%	39,1%	38,0%	37,4%
ISP	2.700,00	3.074,00	3.102,00	3.040,00	3.285,00	9,6%	11,2%	10,8%	10,0%	10,1%
IVA	9.813,50	9.812,00	10.388,00	11.600,00	12.585,00	35,0%	35,8%	36,3%	38,2%	38,8%
IA	1.211,00	971,50	1.115,00	1.160,00	1.200,00	4,3%	3,5%	3,9%	3,8%	3,7%
IT	1.117,30	1.240,00	1.145,00	1.215,00	1.325,00	4,0%	4,5%	4,0%	4,0%	4,1%
Selo e Estampilhas	1.192,30	1.337,60	1.430,00	1.465,00	1.525,00	4,3%	4,9%	5,0%	4,8%	4,7%
Outros	286,40	323,50	260,00	335,00	360,00	1,0%	1,2%	0,9%	1,1%	1,1%
I. INDIRECTOS	16.320,50	16.758,60	17.440,00	18.815,00	20.280,00	58,2%	61,1%	60,9%	62,0%	62,6%
TOTAL	28.037,60	27.433,60	28.640,00	30.366,00	32.422,00	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: 2002: Relatório OE2003, pág. 51; 2003: Relatório OE2004, pág. 60; 2004 e 2005: Relatórios OE2005 pg.51 e OE2006 j

milhões de euros, mais 40 mil do que em 2005.

A nível dos impostos directos, que representarão 12.142 milhões de euros, o imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS), que é quase exclusivamente pago pelos trabalhadores (87 por cento da matéria colectável declarada é de trabalho dependente e de pensionistas) aumentará 537 milhões de euros, ou seja, mais 6,9 por cento em relação a este ano. A cobrança deste imposto equivalerá a 25,6 por cento do valor total dos impostos directos. Já o imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), que incide sobre as empresas, crescerá apenas 170 milhões de euros, isto é, o Estado vai arrecadar mais 4,6 por cento do que em 2005.

No próximo ano, os portugueses vão desembolsar para pagamento de impostos mais 2.056 milhões de euros do que este ano.

O aumento insuficiente do valor dos escalões de IRS é outra das medidas que, segundo o estudo, vai afectar de forma negativa os trabalhadores. O Orçamento de Estado para o próximo «vai reduzir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores». Se lutarem por aumentos salariais superiores a 2,3 por cento para fazer face ao aumento da taxa de inflação, que será superior a 2,3 por cento (entre Setembro de 2004 e Setembro de 2005 a



taxa de inflação aumentou em Portugal 2,8 por cento), correm o risco de saltar de escalão e de uma parte do seu rendimento ser atingido por uma taxa de IRS superior, o que significa pagar mais impostos e uma redução no salário.

Este método utilizado pelo executivo de José Sócrates também foi usado pelos governos do PSD/CDS-PP para baixar o poder de compra dos trabalhadores portugueses. Em 2004 e no ano passado, o aumento do valor dos escalões foi de dois por cento em cada ano feito com base numa previsão fictícia da taxa de inflação, uma vez que a subida efectiva desta taxa foi, em 2004, de 2,5 por cento e, em 2005, será superior a dois por cento.

Enquanto aumenta de uma forma insuficiente os escalões do IRS, o governo tenciona baixar a taxa de imposto que incide sobre os rendimentos de fundo de investimentos e introduz novamente os

Planos Poupança Reforma (PPR) que determinarão uma perda de receita fiscal para o Estado de 85 milhões de euros em relação aos novos rendimentos sujeitos a impostos relativos a 2006.

Por outro lado, as deduções de que beneficiam os trabalhadores têm aumentos que rondam também os 2,3 por cento. Assim sendo, o mínimo de existência sobe de 1.735 euros para 1.775, ou seja, sofre um aumento igual a 1,3 por cento. A dedução na colecta sobe de 316 para 323 euros (um aumento de 2,3 por cento). Em relação às despesas com a saúde a dedução na colecta aumenta de 57 para 59 euros e a dedução na colecta de encargos com pessoas de família em lares sobe de 316 para 323 euros, ou seja, um aumento de apenas 2,2 por cento.

Os impostos sobre os reformados também vão aumentar. Em 2005, a dedução específica de que beneficiam os reforma-

QUADRO II – Despesa fiscal (receita fiscal perdida pelo Estado que é contabilizada) devido aos benefícios fiscais concedidos no período 2003-2006

Designação	Milhões de euros					Percentagem do total				
	2003	2004	2005	2006	2003-06	2003	2004	2005	2006	2003-06
IRS	527,90	569,40	583,50	235,30	1.916,10	23,0%	22,6%	23,9%	11,3%	20,5%
IRC	1.443,00	1.603,30	1.490,10	1.459,50	5.995,90	62,8%	63,7%	61,1%	70,2%	64,3%
IVA	74,70	93,20	112,00	118,30	398,20	3,3%	3,7%	4,6%	5,7%	4,3%
ISP (combustíveis)	182,40	175,40	179,00	193,50	730,30	7,9%	7,0%	7,3%	9,3%	7,8%
IA (automóvel)	68,10	74,60	73,20	72,00	287,90	3,0%	3,0%	3,0%	3,5%	3,1%
TOTAL	2.296,10	2.515,90	2.437,80	2.078,60	9.328,40	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório da Proposta de Orçamento para 2006 – págs. 86 – 89

dos é de 8.283 euros, um valor que é actualizado anualmente. Mas no próximo ano, a actualização traduz-se numa redução para 7.500 euros. Tal significa que todos os reformados que tenham uma pensão mensal superior 535 euros terão de pagar mais de IRS do que pagaram este ano mesmo que não tenham qualquer aumento nas suas pensões.

RESULTADOS «INSUFICIENTES»

Contrariamente ao que o Governo de José Sócrates afirma o Orçamento para 2006 não reduz os benefícios nem os privilégios fiscais que fazem o Estado perder centenas de milhões de euros de receitas fiscais todos os anos. Eugénio Rosa considera que o combate à fraude e evasão fiscal é importante, mas os resultados serão «manifestamente insuficientes por causa dos escassos meios afectos a ele».

No período entre 2003 e 2006, o total de receita registada que o Estado perdeu devido aos benefícios fiscais concedidos ascendeu a 9.328,4 milhões de euros, um valor superior em mais de 34 por cento ao valor do défice total do Estado previsto para 2006, que é de 6.969 milhões de euros. Por outro lado, na análise da receita perdida, devido a benefícios concedidos entre 2005 e 2006, conclui-se que diminuirá 359,2 milhões de euros, mas fundamentalmente à custa da redução de 348,2 milhões de euros (97% do total) nos benefícios em sede de IRS (ver quadro II). Esta quebra resulta do facto do governo do PSD/CDS-PP ter acabado com os benefícios fiscais de que gozavam os PPR e os planos de poupança habitação. Em 2005, a receita fiscal perdida totalizou 354,5 milhões de euros, mas no próximo ano o governo pretende reduzi-la a zero.

O governo pretende introduzir novamente os PPR que determinarão uma perda

QUADRO III – Imposto sobre lucros pago pela Banca e valor que devia pagar

ANOS	Milhões de euros				Taxa de IRC	
	Lucros antes	Imposto	Imposto	Receita Fiscal	Efectiva	Legal
	Impostos	Pago	Taxa Legal	Perdida	paga	Artº80-CIRC
1998	2.078	473	707	234	22,8%	34,0%
1999	2.303	418	783	365	18,2%	34,0%
2000	2.623	457	839	382	17,4%	32,0%
2001	2.666	427	853	426	16,0%	32,0%
2002	2.197	369	659	290	16,8%	30,0%
2003	2.693	389	808	419	14,4%	30,0%
2004	2.657	321	664	343	12,1%	25,0%
TOTAL	17.217	2.854	5.313	2.459	16,4%	30,9%

FONTE - Relatório de Estabilidade Financeira - 2004 - Banco de Portugal

de receita fiscal, logo no primeiro ano, mas efectivada nos pagamentos de IRS de 2007, que o próprio governo avalia em 85 milhões de euros.

A receita fiscal perdida pelo Estado, devido a benefícios fiscais concedidos às empresas, nomeadamente a grandes grupos económicos, praticamente não diminuirá entre 2005 e 2006, uma vez que passará de 1.490 milhões para 1.459 milhões de euros (menos dois por cento). Como consequência, a percentagem do total da receita fiscal perdida pelo Estado devido a benefícios concedidos a empresas passará, neste período, de 61 para 70 por cento do total de receita perdida pelo Estado e contabilizada a nível da despesa fiscal.

O artigo 47º do Código do IRC determina que os «prejuízos fiscais apurados em determinado exercício são deduzidos nos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos seis exercícios». Tal significa que as empresas podem deduzir nos lucros de cada ano os prejuízos que tiveram lugar nos seis anos anteriores. Este privilégio de que gozam as empresas determina também uma elevada perda de receita fiscal para o Estado.

Segundo dados do Ministério das Finanças, entre 1999 e 2002, o Estado perdeu receitas fiscais avaliadas em 2.367

milhões de euros que não se encontram incluídos nos dados da despesa fiscal publicados nos relatórios que acompanham o Orçamento de Estado de cada ano. A redução do tempo em que as empresas podem fazer o reporte de prejuízo de seis anos para quatro anos determinaria um acréscimo de receita fiscal que Eugénio Rosa estima, pelo menos, em 197 milhões de euros.

A análise do economista incide ainda sobre a banca. No período compreendido entre 1998 e 2004 os bancos pagaram ao Estado menos 2.459 milhões de euros do que deveriam pagar (ver quadro III). Nestes sete anos, a banca em Portugal teve lucros que ascenderam a 17.217 milhões de euros e pagou apenas 2.854 milhões de impostos, o que correspondeu a uma taxa média efectiva de 16,4 por cento, inferior à taxa legal de IRC. Se as entidades bancárias tivessem pago pela taxa legal, o IRC a pagar (de acordo com os lucros obtidos) seria de 5.313 milhões de euros.

Eugénio Rosa sugere no estudo que a criação de uma norma travão que impedisse que a banca pagasse de IRC um valor inferior a 20 por cento do lucro contabilístico levaria a um aumento de receita fiscal que se estima em 210 milhões de euros por ano. **FP**

AUMENTOS INSUFICIENTES

O governo actualizou as pensões em 2006, mas o aumento não vai contribuir para melhorar as condições de vida da maioria dos reformados que continuam a perder poder de compra, segundo conclui o economista Eugénio Rosa no estudo «Aumento insuficiente das pensões em 2006».

A pensão média de 796.725 reformados que recebem as pensões mínimas do Regime Geral aumentará apenas 10,21 euros, ou seja, 43 cêntimos por dia. Passa de 236,05 euros para 246,26 euros. Os aumentos da pensão social e da pensão dos trabalhadores agrícolas ainda foram mais baixos. O acréscimo traduziu-se em mais 7,05 euros, isto é, 24 cêntimos por dia.

As restantes pensões do Regime Geral da Segurança Social foram aumentadas em apenas 2,3 por cento, o que corresponde à

taxa de inflação prevista pelo governo para 2005. Mas o Banco de Portugal prevê que em 2005 a taxa de inflação seja de três por cento, enquanto o Fundo Monetário Internacional a estima em 2,5 por cento. Valores estes superiores à previsão do governo, o que significa que um milhão e meio de reformados verão o poder de compra das suas pensões diminuir no próximo ano.

O mesmo acontecerá a mais de 500.000 aposentados da Administração Pública, cujo aumento depende do acréscimo das remunerações dos trabalhadores no activo. Como nos últimos anos os vencimentos têm sido actualizados abaixo da taxa de inflação, as pensões dos aposentados da Administração Pública têm perdido poder de compra.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CONTINUAM A SER PENALIZADOS

GOVERNO VAI DIMINUIR NÚMERO DE CARREIRAS

O Orçamento de Estado (OE) para 2006 vai continuar a penalizar os trabalhadores da Administração Pública e os serviços públicos. O Governo de José Sócrates vai reduzir o número de carreiras até ao final de 2006, congela as novas admissões e condiciona a progressão salarial à avaliação de desempenho profissional dos trabalhadores.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considera que esta situação é imoral, penaliza os trabalhadores e impede o desenvolvimento do país. A Federação tem promovido nos últimos meses várias acções e manifestações de protesto contra as intenções do governo e, no passado dia 20 de Outubro, os trabalhadores da função pública fizeram uma greve nacional para exprimir a sua oposição a tais medidas.

O governo argumenta, de acordo com o relatório do OE para 2006, que o actual sistema de carreiras e remunerações dos funcionários públicos «é de extrema complexidade e rigidez, com cerca de 1.050 carreiras profissionais diferentes, imperando os mecanismos automáticos de movimentação na carreira e de progressão salarial, de forma independente do desempenho profissional». Sustenta que a sua alteração do sistema de carreiras visa reformar profundamente o sistema até ao final de 2006, reduzindo substancialmente o número de carreiras, bem como limitando drasticamente os elementos de progressão automática actualmente existentes, estabelecendo que a progressão salarial passe a ser fortemente condicionada pela avaliação do desempenho dos funcionários».

O documento prevê ainda que a reforma da gestão dos recursos humanos da Administração Pública seja dinamizada pela Bolsa de Supranumerários. Esta bolsa já existe, mas segundo o governo, não tem sido utilizada «frustrando os objectivos que levaram à sua criação». A medida tenciona agilizar o regime de afectação e de desvinculação aos quadros supranumerários dos funcionários e agentes da administração pública e encon-



trar soluções de formação e reconversão profissional.

O Orçamento de Estado consagra ainda várias medidas no quadro da reestruturação da Administração Central que afectam directamente os trabalhadores. Algumas delas já em execução, com o argumento de «promover economias de gastos e ganhos na eficiência pela simplificação e racionalização de estruturas». E apresenta-a como uma medida «essencial para a contenção da despesa primária».

No capítulo da Lei do Orçamento referente à Administração Pública são introduzidas várias alterações ao regime em vigor. No artigo 11º é inserida uma norma que visa a suspensão, até 31 de Dezembro de 2006, da possibilidade de destacamento, de requisição e de transferências da Administração Regional e Local para a Administração Central. No artigo 12º, está prevista uma alteração ao decreto-lei nº 427/80, de 7 de Dezembro, o qual estipula que, decorrido o prazo da requisição ou destacamento, o trabalhador tem de regressar obrigatoriamente ao serviço de origem.

A este decreto-lei é aditado o artigo 27º - A, o qual determina que a requisição e transferência só podem ser recusadas pelo serviço de origem quando fundamentadas em motivos de imprescindibilidade para o mesmo. A recusa depende de despacho de homologação do membro do governo que tutela o serviço, enquanto a falta de comu-

nicação da recusa num prazo de 30 dias determina o deferimento do pedido.

O sistema de fixação de quadros de pessoal continua suspenso com excepção das alterações indispensáveis para o cumprimento da lei, das que correspondam à execução de sentenças judiciais e das que resultem na diminuição da despesa. O governo também vai suspender a reestruturação de serviços até 31 de Dezembro de 2006, com excepção das resultantes da Resolução do Conselho de Ministros nº124/2005, de 4 de Agosto.

Ficam, igualmente suspensas as revisões de carreiras, excepto as indispensáveis ao cumprimento da lei ou à execução de sentenças judiciais. O artigo 16º congela as admissões de pessoal até 31 de Dezembro do próximo ano. As únicas excepções a esta norma são as relativas aos institutos politécnicos, ao pessoal docente, às forças armadas e militarizadas e forças de segurança, mas cada entrada terá de obedecer à regra da saída de dois efectivos. Este congelamento aplica-se também às admissões nas autarquias locais.

O Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado determina ainda a convergência dos sistemas de saúde para o regime geral da ADSE. Uma medida em curso e que já está concluída em relação aos subsistemas dos três ramos das Forças Armadas, da GNR, da PSP e do sector da Justiça. **FP**

ESTADO DEVE COMPENSAR APOSENTAÇÕES COM NOVAS ADMISSÕES

A alteração do Estatuto de Aposentação «pode provocar um acréscimo de pedidos de reformas antes que entre em vigor a nova legislação imposta pelo Governo de José Sócrates», afirma Manuel Ramos, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A passagem destes trabalhadores à reforma «não é uma medida drástica», nem «tem efeitos negativos imediatos sobre os serviços públicos se o Estado criar condições para substituir estas pessoas».

Na função pública passam à reforma uma média anual de 22 mil trabalhadores. Este ano «podem passar à aposentação mais alguns milhares que pretendem beneficiar ainda do sistema de contagem para a reforma que vigora até ao dia 31 de Dezembro. Números recentes confirmam que as novas regras vão provocar o “boom” de pedidos que se registou em 2003, com 37 mil trabalhadores a solicitar a aposentação». O dirigente realça que foi nesse ano que o Governo de Durão Barroso começou a «eliminar direitos sociais dos trabalhadores com a elaboração do Código do Trabalho».

Esta saída de trabalhadores «deve ser compensada com a entrada de novas pessoas». Mas o actual governo «segue a linha dos anteriores na tentativa de privatizar os serviços e reduzir o número de trabalhadores pondo em causa a qualidade dos serviços públicos». De acordo com o relatório do Orçamento de Estado para 2006, o governo vai proceder a uma substituição apenas parcial dos trabalhadores que abandonem o activo aplicando a regra indicativa de, em termos médios, substituir cada dois funcionários que deixem o serviço activo por um único trabalhador. O relatório prevê que os trabalhadores que solicitem a aposentação nos próximos tempos «serão menos do que nos últimos anos devido à extensão gradual da idade de reforma». Estipula ainda a introdução de alterações legislativas que limitem de forma efectiva a admissão de novos funcionários no subsector da Administração Regional e Local, onde «se vem



observado uma expansão continuada nos anos mais recentes».

Para além de defender os direitos dos trabalhadores, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública «tem alertado a população e a opinião pública para as consequências da saída dos trabalhadores e para as implicações que isso pode ter na qualidade dos serviços», sustenta Manuel Ramos. O governo «está a denegrir a imagem dos trabalhadores do sector público, alegando que existem funcionários a mais para ter uma justificação para levar a cabo a privatização de alguns serviços. É muito mais atractivo para o sector privado que os custos com o pessoal sejam os mínimos possíveis». Depois de privatizados «há sempre o risco dos serviços não terem a mesma qualidade porque passam a ser geridos pela lógica da obtenção de lucro».

Em 2004 reformaram-se 22.264 trabalhadores. Nos últimos dez anos o número de aposentações na função pública «tem registado uma ligeira subida, mas nada de alarmante. Os trabalhadores também envelhecem como no sector privado e vão atingindo a idade de aposentação». Dos 22.264 trabalhadores da função pública que se reformaram em 2004, a maior parte é da Administração Central (10.237), seguida pela administração local (2.552), pelas

forças de segurança (2.345), ex-institutos e empresas públicas (1.225), forças armadas (994) e administração regional (633). Em 2005 «deverá manter-se a mesma tendência».

A alteração do Estatuto de Aposentação impõe que a idade de reforma dos trabalhadores da função pública passe para os 65 anos, tal como os trabalhadores do regime geral. A partir de 2006 vai dar-se início ao processo de aproximação gradual da idade legal da reforma na função pública (60 anos), com a idade legal da reforma dos trabalhadores em geral (65 anos) num período de dez anos ao ritmo de seis meses por ano. Todos os funcionários que entrem para o sector público serão integrados no regime geral da segurança social e terão exactamente o mesmo regime de segurança social, pensões e reformas dos restantes trabalhadores.

A pensão de aposentação dos trabalhadores admitidos antes de 1993 passará a ser calculada a partir do início do próximo ano «de uma forma mais adequada com o princípio de convergência para o regime geral», sustenta o governo. A nova fórmula de cálculo conterà duas componentes: uma correspondente ao número de anos de serviço até 2005 e outra ao número de anos de serviço a partir de 2006. **FP**

GUARDAS FLORESTAIS INTEGRADOS NA GNR

FEDERAÇÃO EXIGE TRATAMENTO IGUAL

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública exige que os guardas florestais que vão integrar o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, para exercer as mesmas funções de carácter técnico-policial que tinham anteriormente no Corpo Nacional da Guarda Florestal, tenham os mesmos direitos que os militares desta força de segurança.

A Federação considera inaceitável a forma como o governo socialista decidiu extinguir o Corpo Nacional da Guarda-Florestal e como faz transitar para a GNR os seus elementos, sem previamente negociar com os representantes dos trabalhadores as condições em que tal se verificará. A decisão cria sérias reversas em relação à salvaguarda do actual estatuto profissional, o qual consagra um conjunto de direitos adquiridos e que não estão contemplados no Estatuto dos Militares da GNR. Exige por isso que seja definido um conjunto de condições que impeçam um tratamento menos favorável dos guardas florestais.

De acordo com a Federação, fará sentido que os guardas florestais tenham os mesmos vencimentos que os seus futuros colegas



do SEPNA (militares da GNR), tendo em consideração que irão exercer as mesmas funções e ser-lhe-ão pedidas as mesmas responsabilidades. Tal acontecerá, independentemente de uns serem civis (os guardas florestais) e de outros serem militares e elementos do SEPNA.

Preconiza também que a hierarquia do Corpo Nacional de Guarda Florestal seja encaixada na estrutura do SEPNA e que haja equivalência de categorias. Essa hierarquia enquadrava, da base para o topo, os guardas florestais, os mestres florestais e os mestres florestais principais. A categoria de carreira de guarda-florestal equivale à de praça da

GNR, a de mestre florestal principal à de cabo chefe, a de mestre florestal à de cabo e a de guarda florestal à de soldado.

As condições específicas de trabalho dos guardas florestais determinam a existência de horários de trabalho também específicos que no Corpo Nacional da Guarda-Florestal estão definidos em regulamento. As funções de policiamento e fiscalização do cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, bem como a investigação das causas dos fogos são exercidas em regime de jornada contínua.

Estas condições de trabalho devem transitar para o SEPNA, com a aprovação de um regulamento idêntico ao que está em vigor na Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

É igualmente importante que não sejam lesados nos seus rendimentos familiares por causa de eventuais alterações no seu domicílio. Para a Federação, todos os trabalhadores que sejam obrigados a deslocarem-se diariamente mais de 40 quilómetros deverão ter direito ao subsídio de transporte previsto na lei. Importa ainda que haja a garantia de que os trabalhadores actualmente residentes em casas da Direcção Geral dos Recursos Florestais não vejam os seus contratos de arrendamentos postos em causa.

Além dos direitos consagrados no estatuto profissional dos guardas florestais, é reivindicada a manutenção dos direitos inerentes à situação de trabalhadores da Administração Pública que não estão consagrados para os militares da GNR, nomeadamente o direito de associação sindical, de exercício da actividade sindical, de direito à greve e de negociação colectiva das suas condições de trabalho.

A Federação reuniu com o subsecretário de Estado da Administração Interna, Fernando Andrade, no passado dia 21 de Novembro, para debater estas questões, mas não houve resultados positivos. **FP**

VIGILANTES DA NATUREZA UNIFORMES ALTERADOS

O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional vai alterar o regulamento de uniformes dos vigilantes da natureza do Instituto de Conservação da Natureza e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. A decisão dá resposta a uma das principais reivindicações destes trabalhadores, já que os uniformes são um dos elementos essenciais para a dignificação das condições de trabalho.

A Federação Nacional dos Sindi-

catos da Função Pública já remeteu ao secretário de Estado do Ambiente o seu parecer sobre esta matéria, onde propõe um conjunto de alterações ao articulado da portaria que podem facilitar o uso do regulamento e clarificar o modo de utilização do uniforme.

O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional vai alterar também o modelo de cartão de identificação dos vigilantes da natureza. A Federação propôs que do modelo conste um espaço para identificação do acto de ajuramentação perante o tribunal da comarca de residência oficial.

GOVERNO NÃO RESPEITA PRAZOS E SINDICATOS

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusa o governo de não ter dado a conhecer às organizações sindicais representativas dos trabalhadores o processo de criação da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e de não respeitar os prazos estipulados para análise do processo. Argumenta que recebeu o projecto do decreto-lei que cria o organismo para apreciação poucos dias antes de ser aprovado em Conselho de Ministros.

A Federação só recebeu o projecto no dia 10 de Outubro, tendo um prazo de 20 dias úteis (até dia 8 de Novembro) para o analisar e emitir um parecer. Mas o Conselho de Ministros aprovou-o no dia 3 de Novembro, cinco dias antes de terminar o prazo previsto e um dia depois da Federação ter entregue ao secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor o seu parecer.

O projecto pretende introduzir neste novo organismo do Estado, com mera autonomia administrativa, o regime de contrato individual de trabalho, deixando de fora apenas os trabalhadores das carreiras de inspecção. Tenciona, igualmente, extinguir um conjunto de organismos e serviços e fazer transitar para a ASAE os trabalhadores que não são da carreira inspectiva, segundo as regras do Decreto-Lei nº 193/2002, de 25 de Setembro, o qual prevê a criação dos supranumerários.

Na ASAE as relações de trabalho estão sujeitas ao regime da função pública (aplicável ao pessoal da inspecção e ao subordinado ao regime da função pública que não opte pelo contrato individual de trabalho) e ao do

contrato individual de trabalho (aplicado ao pessoal que actualmente não está sujeito ao regime da função pública e aos trabalhadores que, no futuro, vierem a ser admitidos no organismo). Uma situação que, na opinião da Federação, cria uma situação de duplicidade de regimes, que em nada favorece um clima de transparência e de igualdade de tratamento.

Além disso, a ausência da aprovação de normas por via da contratação colectiva configura a eventual redução de direitos ou mesmo a desregulamentação das relações de trabalho.

O projecto estabelece também a criação de quatro quadros de pessoal. Um para o pessoal dirigente, outro para o das carreiras de inspecção, outro para os trabalhadores que actualmente estão sujeitos ao regime da função pública e que não optem pelo contrato individual de trabalho, e um para os trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho. Mas o projecto só dá a conhe-

cer o primeiro dos quadros, uma vez que não contém informação sobre os restantes.

A Federação adverte, no seu parecer, que a extinção de organismos e serviços deve ser feita sem supranumerários e a transição do pessoal com vínculo à função pública deve ser feita sem sujeição a quaisquer condições. Condena a criação de um

requisito de idade não superior a 50 anos como condição para a transição do pessoal que há mais de cinco anos exerce funções de inspecção, a subversão completa do estatuto de pessoal dirigente e do regime de chefias de pessoal administrativo, a disponibilidade permanente dos trabalhadores, a ausência de direitos e a mobilidade geográfica. **FP**

COMPRE JÁ!



P.V.P.: 38 Euros (inclui I.V.A.)



Inclui, nomeadamente, a Constituição da República, Código do Processo dos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Telef.: 213172480 - Fax: 213172489
E-mail: fnsfp@fnsfp.pt

FEDERAÇÃO PREOCUPADA COM FUTURO DOS TRABALHADORES

INGA/IFADAP PODE PASSAR A ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL

O Governo de José Sócrates está a preparar para breve a transformação do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA)/Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) numa entidade pública empresarial. A notícia foi comunicada recentemente à Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública pelo conselho de administração deste organismo, que está a elaborar a proposta a enviar ao ministro da Agricultura.

A fusão do INGA/IFADAP numa só entidade levará à adopção de medidas de simplificação da estrutura que, na opinião da Federação, poderão determinar a redução do número de trabalhadores e logicamente a criação de supranumerários. O conselho de administração sustenta que, se as atribuições e competências se mantiverem, não haverá pessoal excedentário. Todavia, a Federação considera que a simplificação de estruturas decorrentes da fusão — designadamente as que se prendem com actividades de negociação e aquisição de bens e serviços, de sistemas de informação e comunicação, de gestão de edifícios, de serviços de segurança e limpeza, de gestão de frota automóvel e de processamentos de vencimentos e contabilidade — poderá levar ao surgimento de supranumerários.

A criação de uma entidade pública empre-



sarial vai determinar que o regime de relações de trabalho prevalecente seja o contrato individual de trabalho. Todavia, como empresa pública empresarial, o seu conselho de administração terá capacidade para negociar um acordo colectivo de trabalho. Este mostrou-se disponível para estudar essa possibilidade, no decurso de uma reunião recentemente com os representantes sindicais, considerando que era necessário criar um instrumento de regulação das relações de trabalho que uniformize as condições dos diversos regimes actualmente em vigor.

No INGA/IFADAP vigora um regime jurídico da função pública e o regime de

contrato individual de trabalho. Neste último regime existe ainda o acordo colectivo de trabalho vertical dos trabalhadores bancários. A Federação reputa como essencial que os direitos adquiridos pelos trabalhadores, independentemente do regime de relação de trabalho de que sejam provenientes, não sejam postos em causa e que a adesão ao acordo de empresa seja opcional, nomeadamente para os trabalhadores com vínculo à função pública.

A Federação disponibilizou-se junto do conselho de administração para negociar um acordo de empresa logo após a constituição da entidade pública empresarial e exigiu que os trabalhadores avançados sejam incluídos na nova estrutura a criar. A transfor-

mação dos institutos numa entidade pública empresarial deve servir de instrumento para a resolução do problema destes trabalhadores, tornando definitivo o seu vínculo à Administração Pública.

Importa também que o conselho de administração diga o que vai acontecer aos trabalhadores do sistema unificado de controlo, uma vez que a sua requisição foi prorrogada por mais um ano, embora esta situação não tenha sido comunicada aos trabalhadores. A Federação já solicitou à Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente informações mais seguras sobre esta matéria. **FP**

TRABALHADORES DO IPA EM SITUAÇÃO PRECÁRIA

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública exige que os trabalhadores do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e serviços dependentes vinculados em regime de exclusividade sejam integrados, em regime de vínculo público, em lugares dos quadros de pessoal de categoria e carreira.

A reivindicação é dirigida ao Ministério e em particular à ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima que, enquanto deputada da oposição e membro da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, destacou a importância do IPA no estudo e salvaguarda do património arqueológico nacional.

No caso de número de lugares ser insuficiente, os trabalhadores e os seus representantes reivindicam que seja tomada

medida legislativa para o alargamento automático dos quadros de pessoal. Exigem igualmente a conclusão dos concursos dos funcionários dos parques arqueológicos, que foram abertos há mais de um ano. Criado de uma forma inovadora, o IPA apostou numa estrutura ágil e descentralizada. No entanto, grande parte do seu quadro técnico encontra-se, desde a data da sua criação (1997), em regime de contrato de avença. Estes técnicos desempenham funções efectivas, que são incumbência do Estado, mas em situação precária e sem perspectivas futuras.

Os sucessivos governos e direcções não tiveram capacidade para resolver esta situação. A Federação reuniu com os representantes do Ministério em Julho passado, mas até ao momento ainda não foram tomadas medidas. Os trabalhadores não hesitarão em recorrer a novas formas de luta em defesa dos seus direitos laborais e da prestação de um serviço público com qualidade.

MINISTRA DA EDUCAÇÃO «ESTÁ A AGIR DE MÁ FÉ»

A Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, está a provocar a confusão nas escolas por via da imposição de contratos individuais de trabalho nulos a 12.064 trabalhadores dos processos de selecção para admissão em regime de contrato individual de trabalho. A ministra «está a agir de má fé e está a ter uma atitude prepotente e arrogante», acusa Natália Carvalho, da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

A Federação «alertou o Ministério para esta situação, em Maio deste ano, quando defendeu a revogação do Decreto-Lei nº 184/2004, de 20 de Julho, e a transição de todos os trabalhadores para os quadros de vinculação como determina o Decreto-Lei nº 515/1999, de 24 de Novembro. Mas os governantes não fizeram nada e acabaram por aumentar a confusão». O Ministério optou pela imposição da abertura de processos de selecção para a celebração de contratos em regime de contrato individual de trabalho, «negando aos trabalhadores o que foi negociado no Governo de António Guterres. A ministra acabou por dar continuidade à política dos governos de Durão Barroso e Santana Lopes».

O Ministério da Educação enviou, no passado dia 28 de Novembro, uma circular para as escolas com uma minuta de contrato individual de trabalho para ser assinada pelos 12.064 trabalhadores. O contrato produziria efeitos a partir de 1 de Dezembro «quando ainda estava a decorrer o período de recurso dos concursos. Na função pública quando os recursos suspendem o concurso e, até haver uma nova decisão, fica tudo

parado e os trabalhadores não podem assinar nada».

A imposição da assinatura do contrato remete para um regulamento interno que Natália Carvalho diz que não foi negociado e «nem sequer foi enviado para a Federação. Como tal, não existe». Além disso, as estruturas sindicais «também não conhecem a minuta deste contrato que obriga os trabalhadores a aceitá-lo num período máximo de 48 horas, sem qualquer possibilidade de alteração ou de defesa».

A ministra «sabe que está a lesar os trabalhadores ao retirar-lhes todos os direitos e garantias de que vinham usufruindo há mais de quatro anos por exercerem uma função pública que vão continuar a exercer». Os trabalhadores «não têm outra alternativa e vão acabar por assinar o contrato, apesar de ele conter cláusulas que são nulas e contrárias aos seus direitos e regalias perante a lei».

A Federação enviou a tribunal duas providências cautelares sobre os contratos individuais de trabalho e sobre a forma como decorreu o concurso. Os trabalhadores, enquanto funcionários das escolas e jardins-de-infância, devem exigir a manutenção dos direitos, nomeadamente, no que se refere à mobilidade geográfica, horários de trabalho, férias, faltas e licença e ADSE. Se a decisão do Ministério for avante «correm o risco de perder tudo».

A Federação exige que a ministra envie o projecto de Regulamento Interno referido na minuta do contrato para efeitos de participação negociada e tem preparada uma proposta de contrato colectivo sectorial para negociar com o Ministério da Educação.

Esta situação «está a causar instabilidade nas escolas, na medida em que afecta directamente os trabalhadores e os conselhos directivos. Ela ocorre praticamente no final do primeiro período do ano lectivo, numa altura em que as escolas deveriam estar a funcionar dentro da normalidade. Mas tal não está a acontecer porque a decisão da ministra está a provocar muito alvoroço e incerteza».

Desde Maio deste ano «que os governantes foram alertados para a possibilidade disto acontecer», afirma Natália Carvalho. Durante o governo PSD/CDS-PP, o Ministério da Educação aprovou a abertura de um concurso público para os trabalhadores das escolas com contratos administrativos de provimento com o objectivo de ingressarem num quadro da função pública, mas vinculados através do contrato individual de trabalho. O concurso foi aberto em Junho deste ano, já com o Governo de José Sócrates, mas os trabalhadores terminavam o seu contrato em Agosto.

Nessa altura, a Federação comunicou ao secretário de Estado da Educação que o concurso «teria que prosseguir com a máxima urgência porque foi lançado tardiamente. Mas o governante achou que não havia necessidade». Porém, no final de Julho, o Ministério informou a Federação que os contratos seriam prorrogados por mais três meses. Na altura defendemos que a prorrogação deveria ser feita até ao final do concurso, mas o Ministério não deu ouvidos à Federação». **FP**

MINISTRA DA CULTURA EVITA DIÁLOGO

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusa a ministra da Cultura de não dialogar ou negociar com os seus representantes. Estes foram recebidos duas vezes por um assessor da ministra que afirmou que as matérias reivindicadas estão a ser analisadas.

Estão em causa os direitos dos trabalhadores do Ministério que exerçam actividades em regime de funcionamento especial, para os quais a Federação exige a garantia da pausa para almoço, redução (em uma hora), para quem presta trabalho em regime de jornada contínua, implementação progressiva da semana de cinco dias e oito folgas mensais (dias coincidentes com sábados e domingos), gozo do feriado municipal, sexta-feira santa e direito

de usufruir rotativamente de mais dois feriados, remuneração do trabalho prestado em dia feriado e direito a um dia de descanso num dos cinco dias posteriores e, pagamento ou usufruto das tolerâncias de ponto da Função Pública.

Reivindica também a regulamentação do diploma (Decreto-Lei nº55/2001 alterado pela Lei 89/2001) que previa que os quadros de pessoal dos organismos e serviços seriam alterados no prazo de um ano, ou seja, até Junho de 2002. Até ao momento, a Federação não foi chamada a participar neste processo nem foi publicado ou aprovado qualquer diploma que regule a matéria.

A alteração das carreiras de pessoal que exercem a sua actividade no domínio da museologia, conservação e restauro também tem sido constantemente adiada. Embora a carreira de conservador esteja criada, não existem lugares nos respectivos quadros, uma situação que impede o direito à carreira.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DO NORTE

Nova delegação em Viana

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte tem uma nova delegação em Viana do Castelo. As instalações foram inauguradas no passado dia 22 de Novembro com um pequeno bebereite, com a realização da reunião da comissão executiva do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte e com uma assembleia de delegados sindicais do distrito.

A nova sede está localizada na rua do Anjinho, nº 43. O telefone é o 258 823 473 e o fax o 258 823 218.

Serviços com descontos

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte tem protocolos com o Holmes Place (na área do desporto), o Abrigo da Geira (projecto de turismo e habitação social), o MaisHotel (turismo), o ISMAI - Instituto Superior da Maia (na área da educação), o Institutoptico (área da saúde), a empresa UMPAR- Sistemas de Informática (informática) e a

Optimus (telecomunicações), que proporcionam vários serviços com descontos aos sócios do sindicato e respectivos agregados familiares. Os descontos vão dos três até aos 30 por cento consoante a entidade e o serviço prestado.

Os contactos destas entidades e mais informação estão disponíveis no sítio do sindicato na Internet, em www.stfnpn.pt.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO

Nova delegação em Leiria

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro inaugurou uma delegação na cidade de Leiria. O novo espaço tem condições para realizar reuniões e fazer atendimento aos sócios.

A delegação está situada na rua de Tomar, lote 2/loja 1, 1º andar.

Novos órgãos tomam posse

Os novos corpos sociais do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro para o próximo quadriénio tomaram posse no passado dia 11 de Novembro, nas instalações

do INATEL/Luso. José Manuel Mota Dias foi eleito coordenador do sindicato.

O sindicato tem de estar consciente que «os próximos quatro anos do nosso mandato serão de intensificação e valorização do trabalho sindical, procurando a unidade da acção e fazendo dos locais de trabalho o ponto de partida fundamental para o sucesso da nossa organização e da luta», afirmou José Manuel Mota Dias, durante a tomada de posse.

Na cerimónia de tomada de posse estiveram presentes Maria do Carmo Tavares (da comissão executiva da CGTP), Paulo Trindade (coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública), António Moreira (coordenador da União de Sindicatos de Coimbra), Joaquim Almeida (coordenador da União de Sindicatos de Aveiro), Manuel Pereira (coordenador da União de Sindicatos de Leiria), Honorato (coordenador da União de Sindicatos da Guarda) e João Serra (coordenador de Sindicatos de Viseu).

Dos órgãos sociais do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro fazem parte 62 mulheres e 47 homens.

Formação para 2006

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro vai desenvolver durante o próximo ano dois projectos de formação no âmbito dos programas PRODEP e POAP (Programa Operacional da Administração Pública).

A candidatura ao PRODEP assentou na continuidade da oferta formativa relacionada com o Decreto-Lei nº184, de forma a possibilitar o acesso à carreira de assistente de acção educativa. Foram propostas 59 acções distribuídas pela formação inicial e contínua e divididas em 20 temáticas que vão desde o

Sistema Educativo em Portugal até à Internet.

A candidatura do POAP assentou na diferenciação de acções tendo em consideração as carreiras do regime geral, carreiras técnica-superior, técnica e técnico-profissional, carreira administrativa e carreira auxiliar. O projecto contempla ainda a realização de um conjunto de seminários com o objectivo de formar/informar os trabalhadores em relação ao conjunto de mudanças que se estão a verificar na Administração Pública.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DO SUL E AÇORES



FP – Aldeamento Turístico de Palmela

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores prevê inaugurar na Primavera de 2006 o Aldeamento Turístico de Palmela. A sua entrada em funcionamento dá cumprimento a um compromisso dos órgãos sociais do sindicato para o mandato 2005/2008.

O aldeamento implantado numa área com cerca de 60 mil metros quadrados junto ao Estuário do Tejo, no Vale da Abrunheira, o equipamento reúne excelentes condições para repouso e lazer. Está dotado de piscina para adultos e crianças, campos de ténis, polidesportivo, circuito de manutenção, mini-golf, parque infantil, restaurante, self-service, bar com esplanada e mini-mercado. **FP**

CHAPITÔ CRUZA ARTE CIRCENSE E INSERÇÃO SOCIAL

O Chapatô é um espaço pluridisciplinar junto ao Castelo de S. Jorge que conjuga várias actividades de formação profissional, integração sociocultural e promoção de iniciativas culturais e de lazer abertas a toda a população. Em Novembro passado, esta organização não-governamental de solidariedade social recebeu no Parlamento Europeu o prémio «Rosa de Prata», atribuído anualmente pela organização não-governamental Solidar, como reconhecimento pelo seu trabalho na área social.

Nos 24 anos de actividade, o Chapatô (criado em 1981) diversificou e alargou a sua acção. Actualmente mantém em funcionamento a Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPACE), criada em 1991, a Companhia do Chapatô, um protocolo na área da acção social com o Ministério da Justiça, as Oficinas de matérias de espectáculo, um estúdio de audiovisuais, um sector de produção e vendas, uma biblioteca e centro de documentação, um restaurante e um bar com esplanada aberto à população.

Durante o próximo ano, a direcção espera expandir a sua actividade além do Castelo de S. Jorge. Está a desenvolver, em conjunto com Zé Pedro (dos Xutos & Pontapés), com o produtor Ramón Galarza e vários artistas de teatro, um projecto que envolve a criação de um espaço de animação cultural em terrenos da administração do Porto de Lisboa com capacidade para 800 pessoas. O investimento, estimado num milhão de euros, comporta um espaço para espectáculos

diários de teatro musicado e café-concerto, escolas de rock, cursos especializados de circo, um bar, e a «Casa das Coisas», que inclui um museu de humor e uma biblioteca. O projecto aguarda apoios financeiros para ser concretizado.

A EPACE foi a primeira escola europeia a integrar as artes circenses no seu plano de ensino. Actualmente ministra os cursos de Artes e Animação Circense e Artes e Ofícios do Espectáculo, ambos com equivalência ao 12º ano de escolaridade. O currículo dos cursos engloba as componentes sociocultural, científica e artística. As actividades a exercer pelos alunos após os três anos de curso são uma das principais preocupações desta escola que procura encontrar caminhos para todos eles através de estágios obrigatórios e provas de aptidão.

A escola responde desta forma à necessidade de formação no domínio do espectáculo e animação pública, criando mais e melhores profissionais em domínios que se encontram especialmente em expansão nas zonas urbanas e metropolitanas. A escola recebeu em Agosto deste ano o prémio de melhor espectáculo na VIII Feira de Teatro de Castilha e Léon com a encenação da peça «Talvez Camões».

A integração social de jovens e crianças em situação de risco e que vivem em centros educativos é uma das vertentes sociais do Chapatô. No âmbito do protocolo que mantém, desde 1987, com o Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça,

foi criado um lar de transição designado por Casa de São Mamede com o objectivo de proporcionar aos seus utentes uma integração na sociedade e no mercado de trabalho. Presentemente, está em curso a construção de uma segunda residência aberta nas instalações do Castelo de S. Jorge.

Simultaneamente, o Chapatô criou um grupo de animadores/ formadores que desenvolvem vários projectos nos centros educativos da Bela Vista e Navarro de Paiva. Ainda na área de intervenção social, tem a funcionar o Centro de Acolhimento Infantil João dos Santos que recebe diariamente crianças dos oito meses aos 12 anos que não têm onde ficar enquanto os pais estão a trabalhar.

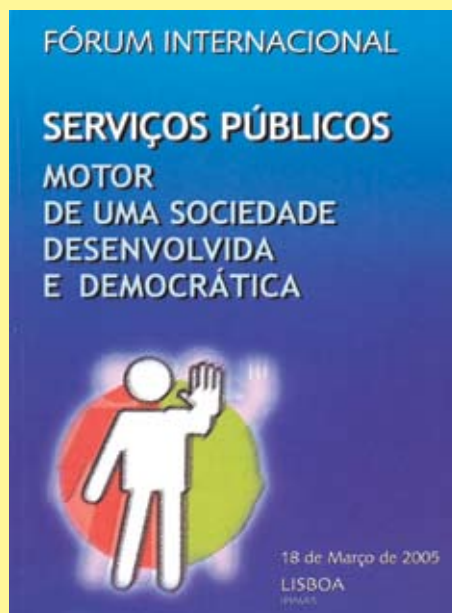
A produção de espectáculos é uma das múltiplas artes desta associação, que em 1996 criou a Companhia Chapatô, um projecto de articulação das várias artes do espectáculo e que já levou à cena 19 criações originais apresentadas em Portugal, América do Sul, Europa e Médio Oriente. Na área da animação e tendo em conta a época natalícia, estão previstas várias actividades. A companhia vai desenvolver, com o patrocínio de uma empresa de comunicações móveis, no Mercado da Ribeira, várias acções para os jovens carenciados da cidade de Lisboa. Para o Coliseu dos Recreios, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, está previsto um espectáculo de Natal para os sem-abrigo e prostitutas. **FP**

SERVIÇOS PÚBLICOS EM LIVRO

«Serviços Públicos – Motor de uma sociedade desenvolvida e democrática» é o título do livro que reúne as intervenções produzidas no Fórum Internacional, realizado no passado mês de Março, em Lisboa.

Este documento constitui um diagnóstico do estado dos Serviços Públicos em Portugal e uma denúncia das políticas levadas a cabo pelos sucessivos governos para a sua destruição.

O livro, editado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, custa 5 euros (4 euros para os sócios dos



sindicatos) e pode ser adquirido na sede da federação, na rua Rodrigues Sampaio, 138 – 3º, em Lisboa.

GUIA DOS DIREITOS NA INTERNET

A CGTP-IN colocou na sua página na Internet (<http://www.cgtp.pt>) o «Guia dos Direitos dos Trabalhadores», publicação que já estava disponível em livro. O Guia tem como finalidade tornar mais acessível o conhecimento das normas que regulam as relações de trabalho em Portugal, insertas no Código do Trabalho e respectiva regulamentação.

MAIS DE 55 MIL APELAM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública entregou ao Presidente da República, no passado dia 5 deste mês, um abaixo-assinado com mais de 55 mil assinaturas, no qual se apela à fiscalização preventiva da lei aprovada na Assembleia da República que alterou o Estatuto de Aposentação. Deslocaram-se a Belém cerca de duas centenas de dirigentes e delegados sindicais das diversas organizações que integram a Frente Comum.

A lei, que está na posse do Chefe de Estado para promulgação, vai aumentar a idade legal de aposentação e os anos de serviço e diminuir a taxa anual de pensão. De acordo com o texto do abaixo-assinado, quando os trabalhadores ingressaram na Administração Pública os requisitos «legalmente estabelecidos para efeitos de aposentação voluntária eram mais de 60 anos de idade e 36 de serviço, com especificidade em alguns grupos profissionais resultante da natureza das funções exercidas». Simultaneamente, a pensão de aposentação era igual ao venci-



mento (líquido e ilíquido) e correspondia ao cargo que o trabalhador estivesse a exercer no momento da aposentação.

Por cada ano completo de descontos o trabalhador tinha direito a receber como contrapartida dos descontos efectuados 2,5 por cento da remuneração base correspondente ao cargo no momento da aposentação, até ao limite máximo de 36 anos.

A nova lei põe em causa estes direitos dos trabalhadores da Administração Pública. A idade legal para aposentação é aumentada seis meses em cada ano, durante um período de dez anos, para os que não tenham 60 anos de idade e 36 anos de serviço até ao dia 31 deste mês. Ao mesmo tempo, são acrescidos seis meses por cada ano aos 36 anos de serviço, até se atingirem os 40 anos em 2013, o que representa uma

redução da taxa de formação da pensão de 2,5 por cento, ao ano, para dois por cento.

Apesar dos trabalhadores serem obrigados a trabalhar e a descontar durante muitos mais anos do que os actuais 36, a pensão de aposentação pode ser reduzida para valores que podem atingir os 80 por cento de toda a carreira contributiva. **FP**

GOVERNO QUER ACABAR COM EMPREGO PÚBLICO

O governo quer acabar com o vínculo de emprego público de todos os trabalhadores. A informação foi transmitida à Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública durante uma reunião com o presidente da Comissão para a Revisão do Sistema de Carreiras e Remunerações da Função Pública, Luís Fábica, que decorreu no passado dia 30 de Novembro.

De acordo com a Federação, Luís Fábica afirmou que não existe nada na lei ou na Constituição da República Portuguesa que impeça o governo de alterar os vínculos dos trabalhadores que já estão nos quadros. Acrescentou ainda que o novo sistema será híbrido, ou seja, não será nem público nem privado, e que passará a existir a possibilidade de fazer cessar a relação de trabalho/emprego com recurso a despedimento ou indemnização.

Sustentou que acabará o regime de carreiras e passará a haver um

regime de «posto de trabalho» para todos os trabalhadores, com excepção dos técnicos e técnicos superiores. Todas as restantes carreiras seriam transformadas numa única categoria, para quem, no seu entender, não se justifica gastar tempo e dinheiro com a avaliação de desempenho.

Em relação às remunerações, afirmou que não se justifica que o Estado pague tanto aos seus funcionários quando no mercado de trabalho há mão-de-obra muito mais barata.

Na opinião da Federação, a reunião foi uma «espécie de balão de ensaio» para avaliar a reacção das organizações sindicais às pretensões do governo.

Luís Fábica, que preside à comissão para a revisão do sistema de carreiras e remunerações da Função Pública, é director da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica. **FP**

CONTENÇÃO DE DESPESAS LIMITA DIREITOS

As propostas apresentadas pelo governo sobre os projectos de alteração ao regime da ADSE e do Sistema Integrado da Avaliação de Desempenho da Função Pública assentam na lógica de contenção de despesas à custa dos direitos instituídos para os trabalhadores, acusa a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

A Federação reuniu com o secretário de Estado da Administração Pública, no passado dia 5 deste mês, para negociar os projectos. Apesar das alterações introduzidas em ambos os casos serem de pormenor, «altera-se com o intuito de retirar regalias adquiridas (no caso da ADSE) e modifica-se sem a preocupação de melhorar sob o ponto de vista técnico-jurídico (no sistema de avaliação).

No caso da ADSE, as alterações fundamentais são no artigo 9º, dedicado aos descendentes e equiparados, e no artigo 31º, sobre tratamentos no estrangeiro. No primeiro, o governo retira o acesso à saúde dos beneficiários que estejam em situação de estágio de fim de curso. No segundo, faz depender da decisão da ADSE o recurso aos serviços médicos no estrangeiro.

No que diz respeito à avaliação de desempenho, a intenção do governo não é diagnosticar o que está mal no desempenho dos serviços para corrigir de seguida, mas sim, impor regras que limitem os direitos dos trabalhadores. **FP**